



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA  
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS**

**APOSENTADORIAS RURAIS: UMA ECONOMIA SEM  
PRODUÇÃO RELEVANTE NAS PEQUENAS CIDADES  
DO SERIDÓ OCIDENTAL DA PARAÍBA**

**Maria Karolyne Gracilene da Silva Xavier**

João Pessoa - PB  
Abril de 2013

**Maria Karolyne Gracilene da Silva Xavier**

**APOSENTADORIAS RURAIS: UMA ECONOMIA SEM  
PRODUÇÃO RELEVANTE NAS PEQUENAS CIDADES  
DO SERIDÓ OCIDENTAL DA PARAÍBA**

**Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado  
em Geografia da Universidade Federal da Paraíba,  
em cumprimento às exigências para a obtenção do  
título de Bacharel em Geografia.**

**ORIENTADOR: Prof. Dr.º. Anieres Barbosa da Silva**

João Pessoa - PB  
Abril de 2013

**Maria Karolyne Gracilene da Silva Xavier**

**APOSENTADORIAS RURAIS: UMA ECONOMIA SEM  
PRODUÇÃO RELEVANTE NAS PEQUENAS CIDADES  
DO SERIDÓ OCIDENTAL DA PARAÍBA**

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Banca Examinadora:**

---

**Profº. Drº. Anieres Barbosa da Silva (DGEOC-UEPB)**  
**Orientador**

---

**Profª. Drª. Eliana Alda de Freitas Calado (DGEOC – UEPB)**  
**Membro Interno**

---

**Raquel Soares de Farias (PPGE/UEPB)**  
**Membro Interno**

João Pessoa - PB  
Abril de 2013

## DEDICATÓRIA

**Pai, pode ser que daqui a algum tempo haja tempo pra gente ser mais, muito mais que dois grandes amigos, pai e filho talvez**

**Pai, pode ser que daí você sinta, qualquer coisa entre esses vinte ou trinta, longos anos em busca de paz....**

**Pai, pode crer, eu tô bem eu vou indo, tô tentando vivendo e pedindo, com loucura pra você renascer...**

**Pai, eu não faço questão de ser tudo, só não quero e não vou ficar muda, pra falar de amor pra você**

**Pai, senta aqui que o jantar tá na mesa, fala um pouco tua voz tá tão presa, nos ensina esse jogo da vida, onde a vida só paga pra ver**

**Pai, me perdoa essa insegurança, é que eu não sou mais aquela criança, que um dia morrendo de medo, nos teus braços você fez segredo, nos teus passos você foi mais eu**

**Pai, eu cresci e não houve outro jeito, quero só recostar no teu peito, pra pedir pra você ir lá em casa e brincar de vovô com meu filho, no tapete da sala de estar**

**Pai, você foi meu herói meu amigo, hoje é mais muito mais que um amigo, nem você nem ninguém tá sozinho, você faz parte desse caminho, que hoje segue em paz**

( Música: Pai – Fábio Jr.)

Ao meu painho (*in memorian*), minha inspiração de todos os dias. O seu maior sonho era me ver formada. Tenho certeza que, onde estiver, estará torcendo pelos meus sonhos e orgulhoso pelas minhas conquistas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu tudo, por está presente em todos os momentos de minha vida.

A minha família, em especial a minha mãe, minha guerreira, minha vida, por me ajudar e apoiar em todas as minhas decisões. A minha avó Penha, por me considerar como sua filha, e ter me educado e ensinado a enfrentar todos os obstáculos da vida. Ao meu filho Fabrício Guilherme, meu amor, minha vida, por me ensinar todos os dias o significado da vida. A minha Bisavó (*in memorian*), por ter sido o pilar de toda minha família materna.

Ao meu querido orientador e amigo Profº Drº Anieres Barbosa da Silva, por ser meu espelho na universidade, por ter me dado à oportunidade de ser sua bolsista PIBIC, por toda paciência nas orientações e compreensão nos momentos mais difíceis de minha vida.

Ao Profº Drº Bartolomeu Israel de Souza por ser um grande homem e professor, e por ter me guiado no início da graduação.

Agradeço a Raquel Soares de Farias e a Professora Doutora Eliana Alda de Freitas Calado, por terem aceitado participar da banca examinadora.

Ao meu parceiro de Pesquisa Paulo Vítor, pela rica troca de conhecimento, por ter me ajudado academicamente em várias situações.

Aos amigos Cristina, Cristiano e Maria Adeni, por está presente em todos os momentos de minha vida, por não medir esforços para tentar me ajudar. A Laciene por nunca esquecer o significado da palavra amizade, a Loester e Érica por serem pessoas maravilhosas, A Moisés e Antônio Marcos, pela preocupação e companheirismo. A Tamires, Camila, Lindomar e Danilo por sempre me ensinar algo positivo todos os dias.

Agradeço a todos que compõem o Departamento de Geociências, em particular a Drª. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues pela grande mulher e professora, por acreditar no meu potencial, e por ter cedido gentilmente o automóvel do Grupo de Pesquisa: Gestar: trabalho, território e cidadania, para a realização da viagem de estudo, o que possibilitou a obtenção dos dados primários deste trabalho. A Drª. Emília Moreira por sua sabedoria e por sempre motivar os alunos mostrando que tudo é possível desde que haja força de vontade e determinação. A Drª. Doralice Sátyro pelas excelentes aulas ministradas através da disciplina Geografia da População e Urbana. A Drª. Lucimary

Albuquerque pelos conselhos e aprendizados em minhas tardes no PIBIC. Ao Drº. Sinval Almeida por sua gentileza e belas palavras de autoestima, e por todos os momentos que me fez sorrir. A Drª. Christiane Moura pela delicadeza e paciência com os alunos ao ministrar a disciplina Leitura e Interpretação de Carta. Ao Drº. Giovani Seabra e o Msc. Paulo Rosa (*in memoriam*) por sempre acreditarem no meu potencial. E a Elvira e Yone que sempre faz de tudo para ajudar os alunos do DGEOC.

A todos os amigos que fiz durante a graduação, em especial, Rafaella Rodrigues, Nielson, Thyani, Marcio, Thiago Araújo, Bruno, Diego Silvestre, Jerônimo, José Fernandes, Giliard e todos os que fazem parte da AGB, a Deusia, Lidiane e Noemi, pelos conselhos e aprendizados.

Agradeço a Dona Teresinha e Andréia (funcionárias da Previdência Social), por se colarem disponíveis no fornecimento dos dados secundários.

A todos os aposentados rurais entrevistados, cujas informações foram valiosas, pois sem elas não seria possível realizar este trabalho. Registro ainda o agradecimento à população local dos municípios estudados na Pesquisa.

Por fim, agradeço a todos os meus amigos não geógrafos, por ter compreendido os meus momentos de ausência, e a todos aqueles que estão presentes de forma direta ou indireta na minha vida acadêmica.

*“O que nós fazemos nunca é compreendido,  
apenas louvado ou condenado”.*

**Friedrich Nietzsche**

## RESUMO

XAVIER, Maria Karolyne Gracilene da Silva. **Aposentadorias Rurais: Uma Economia Sem Produção Relevante nas Pequenas Cidades do Seridó Ocidental da Paraíba.** 2013. 62 p. Monografia (Bacharelado). Universidade Federal da Paraíba.

A presente monografia tem por objetivo compreender a relevância das aposentadorias rurais nas condições de vida da população beneficiada e no meio construído das pequenas cidades da Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba. Nos últimos tempos, os problemas sociais existentes no meio rural brasileiro têm exigido dos governos um maior empenho no enfrentamento das desigualdades sociais. A extensão de políticas públicas e conquista de direitos sociais às áreas rurais, têm contribuído para combater os efeitos da vulnerabilidade social, sobretudo no que diz respeito à pobreza. Apesar dos avanços alcançados com a execução de tais políticas, é importante destacar que as áreas rurais ainda sofrem com os resultados decorrentes dos anos de abandono e negligência de diversos governos e de políticas públicas ineficientes no atendimento das demandas produzidas pelos Trabalhadores rurais, os quais, historicamente, estiveram excluídos pelos sistemas de proteção social e de promoção do crescimento econômico, fazendo com que a realidade socioeconômica desses personagens ainda seja caracterizada pela precariedade de infraestruturas. Para o desenvolvimento desse estudo foi indispensável a compreensão do conceito de “Economia sem produção”, criado por Maia Gomes (2001). Segundo este autor a economia sem produção só se aplica aos aposentados do Semiárido nordestino, pois os benefícios dessa categoria constituem uma transferência de renda, na qual são pagos sem exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos, ou seja, eles não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa foi desenvolvida com base em levantamentos bibliográficos, coleta de dados primários através do trabalho de campo, e secundários por meio de sítios eletrônicos, como o do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e do Ministério da Fazenda. A pesquisa nos permitiu inferir que a previdência rural vem assumindo um papel preponderante na melhoria das condições de vida dos beneficiados, bem como na dinâmica socioeconômica das pequenas cidades da Microrregião.

**Palavras-chaves:** Economia sem Produção, Previdência Social Rural, Pequenas Cidades, Seridó Ocidental da Paraíba.



## ABSTRACT

XAVIER, Maria Karolyne Gracilene da Silva. **Rural Retirement: An Economy Without Material Production in Small Towns of Western Seridó of Paraíba.** 62 p. Monograph (BS) 2013. Federal University of Paraíba.

This monograph aims to understand the relevance of rural retirement living conditions of the population served and the built environment of the small towns of Western Microrregião Seridó of Paraíba. In recent times, the social problems in rural Brazil have required a greater commitment of governments in addressing social inequalities. The extent of public policies and achievement of social rights to rural areas, have contributed to combat the effects of social vulnerability, especially with regard to poverty. Despite the progress made with the implementation of such policies, it is important to note that rural areas are still suffering from the results from the years of neglect of many governments and public policies ineffective in meeting the demands produced by rural workers who, historically been excluded by the systems of social protection and the promotion of economic growth, causing economic reality of these characters is still characterized by poor infrastructure. For the development of this study was essential to understanding the concept of "economy without production", created by Maia Gomes (2001). According to this author the economy without producing only applies to retirees Semiarid Northeast, because the benefits of this category are an income transfer, which are paid without any requirement for contrast contemporary service production, ie, they do not produce, but appropriate a part of the national income. From the methodological point of view, the survey was developed based on literature surveys, collection of primary data through fieldwork, and secondary via electronic sites, such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the National Security Social (INSS) and the Ministry of Making. The survey allowed us to infer that the rural social security has assumed a leading role in improving the living conditions of the beneficiaries, as well as the socioeconomic dynamics of small towns Microrregião.

**Keywords:** Economy without Production, Rural Social Security, Small Cities, Western Seridó of Paraíba.

## **LISTA DE FOTOGRAFIAS**

<b>FOTOGRAFIA 01</b> – Cidade de Salgadinho.....	20
<b>FOTOGRAFIA 02</b> – Sindicato Rural localizado na Cidade de São Mamede.....	35
<b>FOTOGRAFIA 03</b> - Complemento de renda: aposentado rural comercializando produção própria na cidade de São José do Sabugi.....	43-47
<b>FOTOGRAFIA 04</b> – Pequeno comércio de base familiar, localizado na zona rural do município de Junco do Seridó.....	47
<b>FOTOGRAFIA 05</b> - Área comercial de Santa Luzia, a mais desenvolvida da Microrregião.....	48
<b>FOTOGRAFIA 06</b> - Área comercial de Santa Luzia, a mais desenvolvida da Microrregião.....	48

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 01</b> - Faixa etária dos aposentados entrevistados.....	44
<b>GRÁFICO 02</b> - Grau de escolaridade dos entrevistados.....	46
<b>GRÁFICO 03</b> – Local onde o aposentado recebe o benefício.....	49
<b>GRÁFICO 04</b> – Aposentados que continuam comprando “fiado” após a aposentadoria.....	50
<b>GRÁFICO 05</b> – Profissão dos entrevistados antes da aposentadoria.....	51

## **LISTA DE MAPA**

<b>MAPA 01</b> – Localização geográfica da área de estudo.....	15
--	----

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 01</b> – Benefícios e arrecadação dos municípios do Seridó Ocidental Paraibano (2012).....	29
<b>TABELA 02</b> – Quantidade de aposentadorias rurais cessadas, por região – 2007/2009.....	41

## **LISTA DE SIGLAS**

**AGB** – Associação dos Geógrafos Brasileiros

**CAPS** – Caixa de Aposentadoria e Pensões

**CEME** – Central de Medicamentos

**CNPq** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**DATAPREV** – Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

**DGEOC** – Departamento de Geociências

**FUNABEM** – Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor

**FUNRURAL** – Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural

**IAPS** – Institutos de Aposentadoria e Pensões

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

**INAMPS** – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social

**INSS** - Instituto Nacional de Seguridade Social

**LBA** – Fundação Legislação Brasileira de Assistência

**LEPAN** - Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análise Espacial

**PIBIC** - Programa de Bolsas de Iniciação Científica

**PNDR** – Política Nacional de Desenvolvimento Regional

**PRORURAL** – Programa de Assistência ao Trabalhador Rural

**STR**- Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**UFPB** – Universidade Federal da Paraíba

**UFRG** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I – Pequenas Cidades, Economia sem Produção e o Meio Construído no Contexto Contemporâneo.....	20
1.1 - Abordagens Conceituais sobre as Pequenas Cidades.....	22
1.2 A Economia sem Produção.....	26
1.3 O Meio Construído.....	30
CAPÍTULO II - Evolução Histórica do Sistema Previdenciário Brasileiro.....	35
2.1 - O Sistema Previdenciário e o Estado Paternalista (1920-1964).....	36
2.2 - O Benefício Social Rural como Política de Estratégia para o Estado Autoritário..	38
2.3 - A Previdência Social Rural Pós-Constituição de 1988.....	39
CAPÍTULO III - Perfil Socioeconômico dos Aposentados Rurais.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
APÊNDICE.....	59

## INTRODUÇÃO

A presente monografia é um dos produtos da pesquisa “O circuito inferior e o meio construído das cidades pequenas do semiárido paraibano na contemporaneidade”, desenvolvida com o apoio do CNPq, sob a responsabilidade do Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Anieres Barbosa da Silva. Compreender a relevância das aposentadorias rurais nas condições de vida da população beneficiada e no meio construído das pequenas cidades da Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba, constitui o seu objetivo principal.

A pesquisa teve início durante a minha participação no Programa de Bolsas de Iniciação Científica da UFPB/CNPq. A experiência de iniciação à pesquisa nos propiciou a oportunidade de aperfeiçoar nossos conhecimentos, além de aprendermos a utilizar instrumentos e técnicas indispensáveis à pesquisa científica, o que estimulou a dar continuidade ao estudo aprimorando nossos conhecimentos.

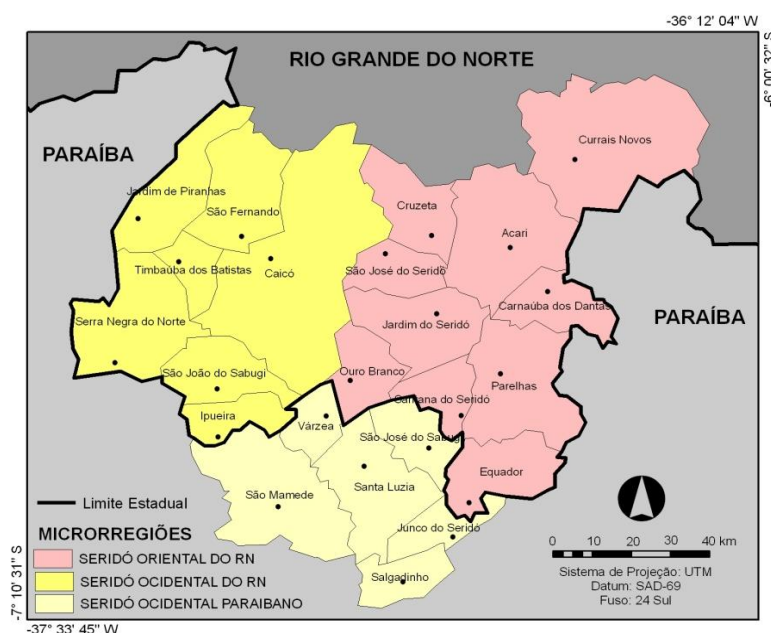
No contexto geográfico, o tema desta pesquisa é pouco estudado no âmbito desse Estado, o consideramos de importância significativa, uma vez que a previdência rural vem assumindo um papel preponderante na melhoria das condições de vida dos beneficiados, bem como na dinâmica socioeconômica das pequenas cidades da Microrregião.

No âmbito da Pesquisa buscou-se: a) Discutir teoricamente os conceitos de Pequenas Cidades, Economia sem Produção e o Meio Construído; b) Entender a Evolução da Previdência Social Rural, sobretudo, a partir Constituição Federal de 1988, que assegurou aos trabalhadores rurais e outros sujeitos sociais o acesso aos benefícios previdenciários; c) Compreender a importância das aposentadorias rurais nas condições de vida dos aposentados rurais no Seridó Ocidental Paraibano; d) Explicar o papel da Previdência Rural no meio construído das Pequenas Cidades do Seridó Ocidental da Paraíba.

Inserida na mesorregião da Borborema, o Seridó Ocidental da Paraíba, abrange uma área total de 1.738,436 km<sup>2</sup>, é constituída por seis pequenos municípios: Junco do Seridó, Salgadinho, Santa Luzia, São José do Sabugi, São Mamede e Várzea (MAPA 01). Nesses municípios habitam 39.142 habitantes, dos quais 9.738 residem na zona rural (IBGE, 2010). Segundo pesquisa realizada pela Secretaria de Política Nacional de

Desenvolvimento Regional (PNDR, 2005), o Seridó Ocidental é considerado uma região estagnada ou de baixa renda, o que justifica, de certo modo, a presença marcante das aposentadorias e das políticas afirmativas do governo federal.

**Mapa 01 - Localização geográfica da área de estudo**



**Fonte:** Lepan/DGEOC/UFPB

**Elaboração:** Richard de Marques, 2009.

Historicamente o povoamento da região se deu com a chegada dos “cristãos novos”. Para esses autores:

Uma das provas dessa afirmação está na etimologia das palavras utilizadas na região, onde muitos escritores descrevem o significado da palavra Seridó pela paisagem Semiárida, afirmando que é um campo de mato ralo. Mas, estudando a etimologia da palavra em hebraico Seridó significa o sobrevivente d'ELE. A própria palavra Seridó seria uma senha em hebraico significando Refúgio de Deus (MEDEIROS (2005) apud SANTOS FILHO; SILVA; MOIZINHO (2009)).

Após a reconquista do Nordeste pelos Portugueses, historiadores relatam que alguns grupos de judeus e cristãos-novos, juntamente com os holandeses, retornaram para a Holanda devido à reimplantação da inquisição no Brasil, outros adentraram no sertão, o que resultou possivelmente os primeiros habitantes da Microrregião estudada.

Além desse aspecto histórico relacionado ao povoamento inicial da região, faz-se necessário também destacar que, do ponto de vista político-administrativo, a Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba passou por vários desmembramentos. Segundo o IBGE, os municípios de Santa Luzia e de Salgadinho desmembram-se de Patos, enquanto os municípios de Junco do Seridó, Várzea, São José do Sabugí e São Mamede desmembram-se de Santa Luzia. Portanto, com exceção do município de Salgadinho, os demais municípios da Microrregião faziam parte de Santa Luzia, que se destaca como o principal centro urbano da microrregião, tendo em vista o maior número de atividades econômicas e de população.

A economia da maior parte dos municípios está relacionada à mineração, sobretudo extração do caulim, ferro, scheelita, talco, amianto, minerais de pegmatitos e quartizitos. Essa atividade se dá de forma expressiva no município de Junco do Seridó, onde recentemente ganhou incentivo governamental, a exemplo de um projeto denominado “Shopping da Pedra” que tem como objetivo beneficiar o garimpeiro da microrregião gerando emprego e renda (SANTOS FILHO; SILVA; MOIZINHO, 2009). A pecuária representada pelo criatório extensivo de bovinos, suínos, ovinos e caprinos, também em pequena escala. A agricultura, na qual se destaca o cultivo de feijão, milho e mandioca em pequena escala. Outra atividade importante é o artesanato local, constituído por rendas e bordados, além do artesanato em fibras vegetais, cerâmicas decoradas e produtos alimentares.

Sob o ponto de vista ecológico, a exploração dos recursos naturais, o desmatamento e as queimadas, vem contribuindo para graves problemas ambientais, como a degradação da cobertura vegetal nativa (xique-xique, catingueira e jurema, elas possuem um baixo potencial hídrico sendo resistentes a período de estiagem) e o processo de desertificação. A área de estudo também se caracteriza por ter uma evapotranspiração elevada, ocorrendo secas periódicas. Convém ressaltar que o desmatamento da caatinga – formação vegetal com características bem definidas: árvores baixas e arbustos que, em geral, perdem as folhas na estação das secas – é o principal fator responsável, mas não o único uma vez que o fim do ciclo do algodão nos anos 80 contribuiu para que as terras virassem áreas de pastagem e fossem ocupadas pela pecuária bovina e caprina, além da criação doméstica de galinhas e porcos.

O clima segundo a classificação de Köppen, é considerado quente e seco ou mesmo semiárido com forte insolação e baixa nebulosidade. A temperatura varia de 20 a 32 graus, com precipitação anual média de 497 mm. (CARVALHO, 1982).

A fauna é pobre em espécie devido à aridez da região, e têm os insetos como o maior grupo representativo, pode ser encontrado alguns mamíferos como a raposa e o gato-maracajá.

Os solos são poucos desenvolvidos e pedregosos apresentando pouca profundidade, reduzindo a capacidade de retenção de água, consequentemente limitando o seu potencial produtivo.

O método escolhido para o estudo é o dialético. Na concepção dialética os trabalhos científicos se dedicam a interpretação da totalidade em movimento, chegando, dessa maneira, a essência do concreto, isto é, às contradições, às desigualdades e às possibilidades de mudança rumo a um futuro diferente do presente (SALVADOR, 2012, p. 103).

Para a compreensão da importância da Previdência Social na área de estudo, foi fundamental o conceito de “Economia sem Produção”, difundido por Gustavo Maia Gomes (2001). Segundo esse autor, a economia sem produção se aplica aos aposentados do Semiárido nordestino, pois os benefícios dessa categoria constituem uma transferência de renda, na qual são pagos sem exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos, ou seja, eles não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional.

Outro conceito importante utilizado neste estudo foi o de “Pequenas Cidades”, entendida por Santos 1979, como sendo a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades vitais mínimas da população, com verdadeira especialização do espaço.

Também foi utilizado como conceito nesta pesquisa o “Meio Construído”, entendido como o território apropriado e transformado em um meio geográfico substanciado como um meio científico-tecnológico-infomacional.

Os procedimentos de pesquisa compreenderam as seguintes etapas:

#### **a) Levantamento bibliográfico**



Durante a elaboração desta monografia foi realizado um levantamento bibliográfico na Biblioteca Central da UFPB, na biblioteca particular do orientador, e nas bibliotecas digitais da UFRGS e da UFRN. Após o levantamento bibliográfico foram selecionados textos e obras para leituras e fichamentos. As leituras possibilitaram o embasamento teórico que deu suporte para encaminhar reflexões sobre as pequenas cidades e o meio construído, a evolução do sistema previdenciário, a economia sem produção e a participação da renda dos aposentados na economia da área de estudo. Dentre as obras e autores consultados destacam-se: Milton Santos (1979, 1986, 1989, 1996, 1997 e 2004); Silva (2006, 2008, 2009); Gomes (2001) Schwarzer (2000); Brumer (2002); Kaztman (2001); Silveira (2008); Santos (2006); Aquino (2007); David (1999); Ferreira (2007) e Ferreira (2009), Santos Filho (2009).

#### **b) Levantamento de dados secundários**

Os dados referentes à quantidade de aposentadorias rurais cessadas por região compreendidas entre 2007 e 2009, foram pesquisados no Anuário Estatístico da Previdência Social. O montante dos recursos arrecadados pelos municípios que compõem a microrregião durante o ano de 2012 foram obtidos no site do Tesouro Nacional. Os valores de benefícios pagos pela previdência social em 2012 foram coletados no Ministério da Previdência e Assistência Social. Por fim, os dados referentes à população residente na zona rural são do IBGE (2010).

#### **c) Processamento dos dados**

Foram construídos tabelas e gráficos a partir do levantamento dos dados primários e secundários, os quais são apresentados ao longo do texto.

#### **d) Trabalho de Campo**

O trabalho de campo em geografia é algo indispensável para a formação do aluno, objetivando a produção de conhecimentos geográficos que possam auxiliar nas projeções territoriais do campo. O trabalho de campo foi realizado nos dias 23 e 24 de

fevereiro de 2011, na sua primeira etapa foram feitas observações direta, anotações, conversas informais, e registros fotográficos. Na segunda etapa utilizou-se a técnica de investigação, a aplicação de questionários. Foram entrevistados 36 aposentados rurais residentes em pontos distintos da área de estudo tanto no campo quanto na cidade. Cabe esclarecer que a reduzida quantidade de pessoas inquiridas se deu em função de três motivos principais: a) a pesquisa não ser pautada por amostragem, vez que a intenção maior foi o contato com a realidade vivenciada pelos aposentados e, sobretudo, seus relatos sobre a importância das aposentadorias na reprodução de suas vidas; b) a saturação das respostas, uma vez que, as respostas dos entrevistados já estavam tornando-se repetitivas; e c) à distância e a dificuldade de localizar os aposentados no meio rural. A viagem de estudo teve o seguinte roteiro: João Pessoa/Santa Luzia – Santa Luzia/Várzea – Várzea/São Mamede – São Mamede/Santa Luzia – Santa Luzia/São José do Sabugi – São José do Sabugi/Junco do Seridó – Junco do Seridó/Salgadinho – Salgadinho/João Pessoa.

A monografia está estruturada em três capítulos além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo buscamos abordar conceitos sobre as pequenas cidades, economia sem produção e o meio construído. No segundo, procuramos tecer considerações sobre a evolução do sistema previdenciário rural brasileiro. No terceiro, tratamos do perfil socioeconômico dos aposentados rurais das pequenas cidades do Seridó Ocidental Paraibano.

# **CAPÍTULO I**

## **PEQUENAS CIDADES, ECONOMIA SEM PRODUÇÃO E O MEIO CONSTRUÍDO NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO**



Fotografia 01 – Cidade de Salgadinho. Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Existem diversos critérios que são utilizados para a definição de cidades, não existindo um consenso. Segundo Santos (1989) as estatísticas internacionais estabeleceram um marco de 20 mil habitantes, muito embora para esse autor, os dados numéricos não seriam o suficiente para essa definição, pois só a partir de um estágio de desenvolvimento e dinamismo é que se define uma cidade.

Cada país possui seu próprio critério de definição, de acordo com a sua realidade, principalmente, a partir dos pré-requisitos administrativos. No caso de muitos países, é necessário um número mínimo da população absoluta como na Dinamarca e Noruega as aglomerações com 200 habitantes, na Malásia e na Escócia 1.000 habitantes, na Argentina, França e Portugal 2.000 habitantes, na Áustria e na Índia 5.000 habitantes, na Suíça e Espanha 10.000 habitantes, na Holanda 20.000 habitantes e 50.000 no Japão (SANTOS, 1979).

Nos estudos atuais sobre cidade, Carlos (1999, p.57) entende que esta é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo e modificando ao longo do processo histórico, ganhando materialização concreta e diferenciada em funções de determinações históricas específicas.

Souza (2003) aponta que, todas as cidades possuem suas atividades econômicas a partir da perspectiva espacial, da sua localidade, de maior ou menor nível de acordo com os bens e serviços que ela oferta e a faz atrair consumidores. Quanto à definição do que é pequena, média ou grande cidade, cada país apresenta suas interpretações.

Manfio e Benaduce (2011, p. 74) afirma que a cidade estabelece relações do homem com a natureza e com os outros homens ela não é igual a todos, havendo desigualdades fortemente visíveis, principalmente nas grandes cidades, cujas diferenças são ainda mais acentuadas.

Silva, Gomes e Silva (2010, p. 43) reforçam que as cidades podem ser vista como um lugar de múltiplas faces e formas, de muitos mistérios e diversas nomenclaturas. Sendo assim, a cidade é multiplicadora de interações sociais, econômicas e culturais, nos quais os conteúdos e suas formas são resultantes do conjunto de relações de poder estabelecidas no seu espaço físico. Vista assim, é importante destacar que uma cidade remete a um modo de vida específico, existindo uma multiplicidade de redes, sua marca importante e significativa.

As cidades nasceram da necessidade de se organizar em um determinado espaço com o intuito de aumentar sua independência, visando um determinado fim. Neste

sentido, Silva, Gomes e Silva (2010, p.44) discutem que num primeiro momento, a cidade era compreendida como uma reunião duradoura de homens e de moradias que ocupavam uma grande superfície e se encontravam em encruzilhadas de grandes vias comerciais. Ou como um agrupamento humano cujos meio de existência constituía na concentração de formas de trabalho que não está relacionada à agricultura, mas ao comércio e à indústria. Para os referidos autores, essa compreensão pertence à Geografia Clássica, e segue uma linha de pensamento que historicamente vem procurando definir a cidade sob o prisma da oposição entre o urbano e o rural.

No Brasil o critério estabelecido é o político- administrativo, onde todas as sedes dos municípios são consideradas cidades. Sendo assim a cidade de Várzea que possui pouco mais de 1.180 habitantes, é considerada cidade do mesmo modo que João Pessoa que tem mais de 700.000 habitantes (IBGE 2010). Este critério é bastante discutido, pois na maioria das vezes, o que leva o surgimento de um novo município, conseqüentemente uma nova cidade, são questões que envolvem as elites locais, em busca de domínio econômico, onde, em muitos casos, não se leva em conta o caráter urbano que esse espaço pode ou não conter.

O critério exposto acima se torna difícil, uma vez que o Brasil, é um país de dimensões continentais, e os seus municípios variam em suas dimensões, populações e conteúdos, fazendo com que haja uma identificação indevida, pois o urbano no Brasil é bastante diversificado em suas funções. VEIGA (2002) enfatiza a necessidade de repensar o critério oficial do urbano e rural, pois ressalta que o Brasil é menos urbano que se calcula, uma vez que há sede de municípios muito pequenos, como é o caso na nossa área de estudo.

## **1.1 Abordagens Conceituais sobre as Pequenas Cidades**

A maioria dos estudos urbanos no Brasil buscaram compreender as dinâmicas das grandes cidades e metrópoles e suas relações com a rede mundial, deixando em segundo plano, estudos relacionados às pequenas cidades, Santos (1979) afirma que merece tanto interesse quanto o precedente, pois essas cidades participam da divisão do trabalho, abrigando modernizações e inovações técnicas pontuais, além de desenvolver atividades desenvolvidas por populações pobres, e conter uma concentração da pobreza urbana.

Analisando o conceito de pequenas cidades, Santos (2004) enfatiza a problemática nos países subdesenvolvidos, considerando-se o “novo” contexto da expansão do meio técnico-científico-informacional, as pequenas cidades podem ser entendidas como “cidades locais”, pois quando se fala em cidades pequenas, vem logo à noção de volume da população a mente, e aceitar um número mínimo como fizeram diversos países do mundo inteiro é incorrer no perigo de uma generalização perigosa, uma vez que o fenômeno urbano abordado de um ponto de vista funcional é antes um fenômeno quantitativo apresentando aspectos morfológicos próprios a cada civilização, e admite que a expressão quantitativa sendo outro problema (SANTOS, 1979).

Considerando o período exposto acima, Santos (2004) ressalta que as cidades locais nascem, ou se desenvolvem como resposta as novas necessidades, principalmente no domínio do consumo, elas constituem o nível mais baixo, o limiar que permite uma aglomeração satisfazer as demandas mínimas da população.

Esse autor ainda destaca que a cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades vitais mínimas da população, com verdadeira especialização do espaço (SANTOS, 1979). Neste sentido, a cidade local (nível inferior), é capaz de atender as necessidades básicas da população, recebendo influências externas, o que significa dizer que elas se modificam ao longo do tempo de acordo com as características do processo de urbanização. Pensamento similar é apresentado por Silva, Gomes e Silva (2009), esses autores ainda acrescentam que:

O fato de considerar apenas as relações do entorno imediato, ou seja, a definição de pequena cidade meramente como centro local, empobrece a sua compreensão, uma vez que perdemos de vista as demais relações e inter-relações que a pequena cidade mantém em níveis diferenciados com os centros maiores e, principalmente, nessa era das redes, em que as pequenas cidades estão articulando-se, mesmo que em proporções menores, como os grandes espaços urbanos (SILVA; GOMES; SILVA, 2010, p.50).

Ampliando essa discussão, eles também consideram que para se definir as pequenas cidades deve levar em consideração a sua participação na divisão territorial do trabalho, uma vez que elas sugerem a análise do processo de produção do espaço em sua totalidade, o que certamente não perdera de vista a lógica de construção e reprodução do capital (SILVA; GOMES; SILVA 2010, p.50).

Neste sentido as cidades possuem suas singularidades, uma vez que existe uma inter-relação entre elas através dos centros de consumos, como o comércio, os serviços disponíveis de transporte e distribuição. Tais reações também estão presentes na área de estudo apresentada neste trabalho, na medida em que moradores de Salgadinho, Várzea, São Mamede, Junco do Seridó e São José do Sabugi, se deslocam para a cidade de Santa Luzia, que possui o maior centro da microrregião, em busca de maior variedade de produtos e serviços.

Por outro lado, as pequenas cidades apresentam algo preocupante como à falta de infraestrutura (energia, iluminação, saneamento básico, sistema de comunicação), segurança pública, abastecimento, administração pública, saúde e educação.

Outra preocupação é a falta de emprego para a população ativa. Silva, Gomes e Silva (2010) ressaltam que, diversos problemas de caráter social que hoje vêm acontecendo nessas cidades, se dá pela ausência de uma perspectiva socioeconômica dos jovens que nelas habitam. Pois nessas cidades as principais fontes de renda da população é o emprego público, e as transferências de renda por meio de políticas compensatórias.

Outro aspecto importante para se entender as pequenas cidades é analisar a vida cotidiana para entender o espaço geográfico. É uma prática recente, porque o cotidiano para alguns não passava de algo banal, fútil. No entanto, o modo de reprodução do homem se dá pela maneira de como ele se vive, cria e recria a sua realidade cotidiana.

O processo de urbanização no Brasil tem ocorrido no sentido das grandes metrópoles, pois nelas se concentra o dinamismo econômico, a maior capacidade de atração populacional. No sentido oposto temos as pequenas cidades, que mesmo fazendo parte do processo de reprodução do espaço, ela é diferenciada pelo fato de ser marcada pelo ritmo lento. Ferreira (2010) resalta que, as pequenas cidades numa lógica de espaço-tempo é considerada “lenta”, “devagar” e “preguiçosa”, que se opõe ao tempo metropolitano, cuja articulação ocorre a quantidade de serviços prestados, a informação e a publicidade.

Neste sentido, é nas pequenas cidades que se torna mais evidentes as relações de um indivíduo com o espaço vivenciado. Por isso na compreensão das pequenas cidades, também devem ser consideradas os laços afetivos que são construídos ao longo da história da vida cotidiana do povo e do lugar. Isso porque o cotidiano nos fornece

resposta que compreende as relações do homem com a natureza, a natureza com o homem/sociedade.

Partindo do pressuposto de que a pequena cidade é um espaço no qual existe uma história que é social, cultural e economicamente construída, a análise do seu cotidiano possibilita a compreensão de mecanismos estruturais, de suas representações coletivas e de seus significados materiais que condicionam práticas interativas e o engajamento histórico, como ressaltado por Silva, Gomes e Silva (2010).

Segundo Ferreira (2010), o cotidiano das pequenas cidades, está referenciado a um lugar geográfico totalmente singular, diferenciado, enraizado nas relações de posse no qual os indivíduos fazem da sua casa e da sua cidade o seu território. O lugar encontrado nas pequenas cidades permitem relações interpessoais mesmo que seja estreita, e as tradições, festejos, crenças no padroeiro, relações de compadrio e amizade, ainda se façam vivas e reproduzidas por sua gente. Desse modo, podemos pensar o cotidiano como o momento na vida das pessoas, no qual estabelecem relações sociais quando realizam alguma produção no espaço. Essa produção dá forma e conteúdo a cada momento histórico vivenciado. Neste sentido as pequenas cidades possuem um espaço vivido formado por identidades, no qual as pessoas possuem laços entre si. Nas pequenas cidades foram diversos os momentos em que encontramos sentados nas calçadas, os aposentados rurais jogando dominó nos bancos e mesas das praças.

Nas pequenas cidades, diferentes dos grandes centros urbanos, já não exige uma mobilidade excessiva, uma vez que há uma concentração espacial de atividades no centro, onde as principais atividades se desenvolvem. Além disso, geralmente é no centro que está localizada a igreja e a praça, é nela que acontece a história social da população. Desse modo, o centro das pequenas cidades, é o espaço, no qual a história e a cultura vão sendo construídas e reproduzidas. Por isso pode ser apontado como um lugar marcante, sendo um elemento importante do processo de diferenciação espacial entre as médias e grandes cidades (SILVA; GOMES; SILVA, 2010, p.56).

Na atualidade existem muitas técnicas que alteram a vida cotidiana, como o computador, televisão, telefone, rádios, viagens. Com isso, a cotidianidade tem sido marcada pelo capitalismo, o que limita a dependência e a criatividade das pessoas. Isso implica dizer, que a esfera local está cada vez mais inserida no contexto da globalização em escala mundial.



A cotidianidade de uma cidade é quebrada apenas nos períodos dos festejos, pois nessas cidades, os festejos religiosos e a comemoração de emancipação são os festejos sagrados em seu calendário anual. É neste período que a cidade vive uma dinâmica completamente diferenciada e esperada ansiosamente pela sua população. A cidade é enfeitada, os sons são ligados até altas horas da madrugada, quebrando o silêncio da rotina de todos, onde aguardam a chegada de visitantes de fora, sentindo orgulho de fazer parte do festejo, causando-lhe felicidade (FERREIRA, 2009, p.84).

Desta forma, é na pequena cidade que as relações entre as pessoas fornecem diversos significados trazidos pelos elementos históricos e culturais, os quais produzem a identidade de cada lugar. Neste sentido, a cidade constitui a produção humana preenchida por emoções realizadas através de práticas do cotidiano, como será ressaltado em outra parte do texto. Para subsidiarmos as nossas reflexões sobre esse paradoxo é que discutiremos a seguir a “economia sem produção” e seus efeitos no meio construído na área de estudo.

## **1.2 A Economia sem Produção**

Historicamente, o surgimento de uma ordem econômica fundamentada em parâmetros estritamente monetários resultou em diversos problemas para a classe trabalhadora, principalmente àqueles que habitam as áreas rurais e mais pobres do país. De acordo com o pensamento de Gomes da Silva (2002), as áreas rurais foram historicamente vistas como atrasadas e seus habitantes tratados como *cidadãos de segunda classe*, afastados da proteção do Estado e relegados a sua própria sorte, sendo também considerados como os *inviáveis economicamente*.

Segundo Wanderley (1999), o rural se constitui numa sociedade com aspectos singulares e com uma identidade moldada por meio de uma estrutura de poder construída sob uma forte base patriarcal e centralizadora. É também retratado por essa autora como sendo *o lugar onde se vive*, espaço consistente de identidade para seus habitantes. Nesse sentido, a identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda em um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados, como assinalado por Castells (2002).

Os problemas sociais existentes no meio rural brasileiro têm exigido dos governos um maior empenho no enfrentamento das desigualdades sociais. A extensão de políticas públicas e conquista de direitos sociais às áreas rurais, antes oferecidos apenas aos centros urbanos, têm contribuído para combater os efeitos da vulnerabilidade social<sup>1</sup> em relação ao aspecto da pobreza, e favorecido a conquista de direitos sociais.

Apesar dos avanços alcançados com a execução de políticas governamentais, a exemplo das aposentadorias e programas afirmativos, é importante destacar que as áreas rurais ainda sofrem com os resultados de anos de abandono e negligência de governos e de políticas públicas ineficientes no atendimento das demandas produzidas pelos camponeses, que historicamente estiveram excluídos pelos sistemas de proteção social e de promoção do crescimento econômico, fazendo com que a realidade socioeconômica desses personagens do rural ainda seja caracterizada pela falta de tudo, menos a esperança de que a vida vai melhorar um dia (SILVA; VIEIRA, 2008).

É nesse contexto, que, nos últimos tempos, vários estudos estão sendo desenvolvidos na perspectiva de avaliar as condições de vida dos trabalhadores e o impacto que as políticas governamentais têm exercido na (re) produção de suas vidas. Uma das temáticas que vêm sendo bastante estudada diz respeito à importância da previdência na economia de diversos municípios brasileiros, nos quais se faz presente a concepção de *Economia sem produção*. Este termo criado por Gustavo Maia Gomes (2001) se aplica aos aposentados do Semiárido nordestino, onde está localizada a nossa área de estudo, pois os benefícios dessa categoria constituem uma transferência de renda, onde são pagos sem exigência de qualquer contrapartida contemporânea de prestação de serviços produtivos, ou seja, eles não produzem, mas se apropriam de uma parte da renda nacional. Uma vez que os aposentados pouco ou nada contribuíram para a previdência.

Em razão da natureza social e econômica da região comparadas com o restante do PIB do semiárido, as aposentadorias chegam a ser muito superior a renda gerada pela agropecuária tradicional, ao ponto de se constituir no setor econômico mais importante

---

<sup>1</sup> O conceito de vulnerabilidade social está relacionado aos indicadores de risco social que uma determinada população ou grupo social está exposto, e, não é sinônimo de pobreza. A pobreza é parte da vulnerabilidade social no que se refere apenas às necessidades imediatas, Kaztman (2001).

do semiárido nordestino, além de criar uma “economia resistente às secas” (GOMES, 2001).

Em decorrência da pesquisa é possível atribuir três processos que seriam os formadores desta economia sem produção no semiárido nordestino:

- a) a participação do Estado brasileiro;
- b) a criação de novos municípios no semiárido, sobretudo na década de 1990, que ampliou a dependência das prefeituras em relação à transferência de recursos governamentais e a expansão do emprego público;
- c) os desdobramentos da descentralização política e da redemocratização do país, com a Constituição Federal de 1988.

Estes processos aconteceram gradativamente e foram sendo ampliados em todo o país, porém tiveram efeitos mais significativos no conjunto dos pequenos municípios brasileiros, principalmente no meio rural. Isto porque o acesso equitativo e universal por parte dos camponeses se deu no conjunto das transformações decorrentes da redemocratização do país e da promulgação da Constituição de 1988, como já mencionamos antes, cujos efeitos sobre a previdência rural foram efetivados a partir de 1992. Assim todos os trabalhadores rurais tiveram acesso aos benefícios da previdência social (independente de contribuição ou não) na medida em que foram enquadrados na categoria “segurados especiais”, gerando assim enormes transformações socioespaciais por duas razões:

Uma aritmética: como a participação da população rural do Nordeste na população *rural* do Brasil é muito maior do que a relação entre as populações *totais* o Nordeste e do Brasil, a expansão acelerada das aposentadorias rurais, que se verificou entre 1991 e 1994, teria de ter um impacto especialmente significativo no Nordeste e, com ainda maior força no Semi-árido. A segunda razão porque a expansão das aposentadorias rurais teve importância especial para o Nordeste é que, tendo a sua concessão sido feita sem levar em conta exigência de uma contribuição anterior, os inativos que haviam sido sempre trabalhadores do setor informal (muito mais comuns no Nordeste, sobretudo no Sertão, do que em todo o país) terminaram sendo grande os beneficiados, outra vez com reflexos desproporcionalmente altos no Nordeste e ainda mais no Semi-Árido. (GOMES, 2001, p. 159).

A aposentadoria, como qualquer outra renda, também tem a capacidade de dinamizar o mercado, mas se torna mais evidente e de maior significância social em pequenos municípios, onde muitas vezes se constitui na única renda familiar (Silva,

2010). Na área de estudo essa realidade se faz presente de forma marcante, tendo em vista que parcela expressiva da população não tem atividades fixas, sendo a maioria dos trabalhos realizados pautados pela informalidade. Assim o valor relativo do benefício pago aos aposentados é, na maioria dos municípios, maior que a renda local.

Para demonstrar a importância dos recursos da previdência social na economia da área de estudo apresentamos na tabela 01 abaixo, que expressa uma comparação entre os valores decorrentes da arrecadação municipal e os valores pagos através do benefício da previdência social rural.

**Tabela 01 - Benefícios e arrecadação dos municípios do Seridó Ocidental Paraibano (2012)**

<b>MUNICÍPIOS</b>	<b>FPM (Em R\$)</b>	<b>BENEFÍCIOS (Em R\$)</b>
<b>Junco do Seridó</b>	4.791.429,37	2.233.894,91
<b>Salgadinho</b>	4.791.429,37	1.554.917,49
<b>Santa Luzia</b>	7.985.715,42	17.575.754,02
<b>São José do Sabugi</b>	4.791.429,37	2.922.534,04
<b>São Mamede</b>	4.791.429,37	9.226.671,00
<b>Várzea</b>	4.791.429,37	2.236.790,79

Fonte: Tesouro Nacional, 2012 / Ministério da Previdência e Assistência Social, 2012.

Na tabela acima podemos notar que a economia dos municípios da área de estudo sofre forte influência da renda de aposentados e pensionistas. Além disso, tem um papel de destaque no desenvolvimento destes, sobretudo se considerarmos que os trabalhadores, principalmente rurais, estão cada vez mais conquistando benefícios junto à Previdência Social o que pode, em longo prazo, com o envelhecimento da população, ampliar a contribuição de aposentados e beneficiários da Previdência com a economia de diversos municípios brasileiros.

Também é possível afirmar que os recursos financeiros provenientes da Previdência Social vêm contribuindo para a movimentação da economia local das pequenas cidades, uma vez que os dias de maior movimento no comércio e nos serviços

da cidade ocorrem no período de pagamento dos benefícios para os aposentados, como constatado durante a pesquisa de campo.

É nos dias de pagamento dos benefícios, assim como do funcionalismo público municipal, que se tem a noção exata da importância da economia sem produção para o comércio local, principalmente nas cidades dotadas de melhor infraestrutura. É nesse momento que se verifica, mesmo por curto período de tempo, uma intensificação no setor terciário devido à busca de produtos e serviços nos estabelecimentos existentes no espaço urbano.

Diante do exposto, a economia sem produção se mostra maior do que qualquer outra economia, pois está possibilitando a melhoria de vida da população idosa que recebe o benefício previdenciário, além de contribuir para ações desenvolvidas no meio construído, pois a renda oriunda da previdência tem contribuído para a criação de estabelecimentos comerciais de base familiar, os quais podem ser servidos como uma estratégia de sobrevivência e melhoria da renda. Por isso muitos aposentados deixaram a vida no campo e passaram a morar na cidade, o que contribuiu para a ampliação do meio construído e de toda infraestrutura a ele pertencente, como as ruas, casas, estabelecimentos comerciais, de saúde, escolas, bancos, casas lotéricas, entre outros.

### **1.3 O Meio Construído**

A economia urbana de países subdesenvolvidos, como o Brasil, pode ser subdividida em dois principais circuitos (o superior e o inferior) que se caracterizam pelos investimentos, trabalho produzido etc., ou seja, condições materiais e imateriais que eles mesmos criam e que permitem o desenvolvimento das mais diversas atividades (SANTOS, 2008). Esses circuitos são evidenciados tanto em grandes como em pequenas cidades, sendo que apresentando diferenças no grau de intensidade. Na área de estudo, a dinâmica destes circuitos se apresenta diversificada em comparação com os médios e grandes centros urbanos.

O circuito superior é detentor de uma solidariedade organizacional, uma forte publicidade e com um denso fluxo de capital, com sua produção na maioria dos casos orientada à exportação e comandado por atores hegemônicos, como bancos, instituições financeiras, indústrias, serviços e comércio modernos. Já o circuito inferior,

derivado do superior, é caracterizado por uma solidariedade orgânica e constituído por atividades de fabricação, comércio e serviços com baixo fluxo de capital e por atividades informais com um horizonte de mercado pequeno, em sua maioria constituída por aposentados que montam seu comércio de base familiar como forma de estratégia de sobrevivência. Apesar das diferenças no que se refere à intensidade da técnica, da ciência e do capital esses dois circuitos mantêm uma intrínseca relação, seja do ponto de vista da complementaridade, da concorrência ou da hierarquização, sendo o circuito inferior altamente dependente do circuito superior. Cabe esclarecer que é possível considerar a existência de um circuito superior marginal, no qual se fazem presentes características tanto do circuito inferior quanto do circuito superior, embora esteja mais ligado ao último circuito e sendo constituído por atividades que tendem a se multiplicar com o processo de globalização.

É certo que os serviços ofertados nestas cidades não têm a mesma dimensão daqueles encontrados nos grandes centros urbanos ou em cidades que comportam um grande contingente populacional e uma gama de serviços, mas atendem o mínimo necessário. Desse modo, cabe acrescentar que a cidade pequena não é somente um lugar de economias domésticas residuais, informais ou atrasadas, mas também de filigranas de eventos modernos, ou de resquícios de objetos e ações dos atores hegemônicos ou de aspectos do circuito superior.

Admitimos que as diferentes divisões do trabalho contidas no território são comandadas por atores hegemônicos e não-hegemônicos e se dinamiza tanto pelas ações oriundas do circuito superior quanto do circuito inferior. É dessa forma, portanto, que o espaço abriga a totalidade das existências humanas.

A respeito dessa diversidade existente na totalidade, Arroyo (2008) também considera que “a cidade, como meio construído, é uma condição necessária da atividade econômica, mas usada diferentemente segundo o tamanho das firmas e o seu poder de mercado”. Nesse sentido, a estrutura existente na cidade nem sempre atende aos dois circuitos. Há firmas que não têm um mercado tão amplo como o faz outras mais ricas. Assim, a autora conclui que existem subáreas internamente homogêneas abrigando uma variedade de comércios e serviços e com um raio territorial reduzido (ARROYO, 2008).

Nessa perspectiva, o meio construído é aquele em que o território foi (e continua sendo) apropriado e transformado em um meio geográfico substanciado como um meio científico-tecnológico-infomacional (SILVA; SILVA, 2010). Logo, é, de fato,

um território eivado de ciência. A nosso ver, não se pode compreender o que é o *meio ambiente construído* sem nos remetermos à lógica de funcionamento do sistema técnico contemporâneo, embora seja também resultado de sistemas técnicos herdados, como ressaltado por Silveira (2008). Trata-se, portanto, de uma manifestação urbana diretamente ligada ao uso do território.

Ao analisar o circuito inferior e o meio construído em cidades pequenas do semiárido nordestino, Silva e Silva (2010) contribuem para esta discussão ao afirmarem que:

O meio construído do período atual ou da globalização contemporânea tem uma tendência a expressar a racionalidade ou a proeminência dos atores hegemônicos, mas que também convive com as ações desenvolvidas por atores não-hegemônicos. A cidade ou o seu meio construído pode ser organizado e reorganizado a partir das dimensões decorrentes da divisão territorial do trabalho. Esse meio é conformado pela justaposição dessa divisão, das técnicas e dos circuitos econômicos (SILVA; SILVA, 2010, p. 143-44).

Mas, qual o papel e a influência do Estado sobre o meio construído? Acreditamos que o Estado tem um papel passivo na criação das desigualdades sócio-econômicas e espaciais, na medida em que ele é chamado a adequar o meio construído em função das forças mundializadoras do mercado. Apesar disso, Milton Santos considera o meio construído como “um retrato das diversidades das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”, pois, para ele, esse meio abarca tanto atividades que exigem informação e modernas infra-estruturas como também atividades que se desenvolvem em um tempo lento, com técnicas arcaicas ou tradicionais e sobre infra-estruturas incompletas, aparecendo assim como zonas de resistência à modernização, sendo nesses “espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não-hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência” (SANTOS, 1996, p. 79).

O Estado também age na relação entre o circuito inferior e o circuito superior da economia urbana, pois está presente, direta ou indiretamente, na regulação de salários, condições de trabalho, tarifas de transporte e no estímulo ao crédito, e também “tem modelado o meio construído como principal responsável pela criação e manutenção das infra-estruturas de transporte, energia e telecomunicações, bem como da normatização do uso do solo” (ARROYO, 2008).

Nesse processo de modernização e graças à qualidade do meio técnico-científico-informacional de hoje, cada vez mais o meio construído vai dando lugar à ação dos atores hegemônicos, donos de uma racionalidade sem outra razão que a do lucro (SANTOS, 1996). Somado a essa perda de espaço do circuito inferior perante o avanço de mercado do circuito superior, têm-se o crescimento da publicidade e da propaganda e a facilidade que têm hoje o acesso ao crédito, enquanto ferramentas utilizadas pelo circuito superior para obtenção de mais lucro, extraído no mais das vezes da população que trabalha no circuito inferior, visto não encontrarem a mesma facilidade nos pequenos estabelecimentos, pois dificilmente oferecem uma desburocratização do crédito como o faz o circuito rico da economia. Nas palavras de Silveira (2008, p. 16) o “fiado deixa seu lugar à financeirização, e o custo mais alto por unidade do circuito inferior é substituído pelas ‘imperdíveis’ promoções do circuito superior tal como reza a propaganda, embutindo veladamente inúmeros produtos financeiros que aumentam seu custo real”. Aumenta-se concomitantemente o consumo e a pobreza.

Mas, ainda como efeito da propaganda, cria-se um paradoxo, pois, apesar de aumentar o consumo no circuito superior por parte da população de baixa renda, tem-se, em contrapartida, uma perpetuação do circuito inferior (que se desenvolve onde o meio construído está mais degradado), efeito da sensação de escassez criada pela mídia, como bem especificou Silveira (2008) ao afirmar que:

a produção de escassez parece ter duas vertentes: a escassez real que resulta da falta de bens sem os quais a vida individual e coletiva não é possível, e a sensação de escassez criada pela força da propaganda e do crédito. De um modo ou de outro, a vocação de consumo se alastra, aumentando as demandas insatisfeitas e permitindo a perpetuação de divisões territoriais do trabalho responsáveis pela produção de bens e serviços de menor valor, ora indispensáveis à vida, ora tornados indispensáveis pelos efeitos da propaganda. O circuito inferior consolida-se graças às duas vertentes (SILVEIRA, 2008, p. 4 e 5).

É dessa forma que o meio construído, que abriga atividades hegemônicas e não hegemônicas, vem sendo constituído nas pequenas cidades do Seridó Ocidental da Paraíba. Para isso, entendemos que o Estado vem desempenhando papel importante nesse processo, isso porque nos últimos tempos as políticas governamentais sinalizam



de forma positiva o desenvolvimento socioeconômico da sociedade, como veremos adiante.

## **CAPÍTULO II**

# **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO**



Fotografia 02 – Sindicato Rural localizado na Cidade de São Mamede. Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Para entender o sistema previdenciário rural brasileiro, fez-se necessário, um resgate histórico dos principais fatos que marcaram a luta do trabalhador rural em busca da inclusão no benefício previdenciário, isso só foi possível a partir da Constituição de 1988, quando houve a universalização dos benefícios. O que veremos neste capítulo.

Com a transferência da corte Portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, foram criados planos de benefícios para os oficiais da marinha e exército, assim como os seus dependentes. Posteriormente, no final do século XIX e início do século XX, foram criados programas atendendo grupos estratégicos de funcionários públicos, bem como os grupos sociais organizados, como os ferroviários e portuários.

## **2.1 O Sistema Previdenciário e o Estado Paternalista (1920-1964)**

O marco oficial do sistema previdenciário brasileiro foi instituído pela Lei de Eloi Chaves (Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923) criou instrumentos legais para a formação de Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs), para os empregados das empresas ferroviárias existentes naquela época. Neste sistema cada empresa formava sua própria caixa, destinada aos amparos de seus empregados inativos. Neste momento, inexistia a participação do Estado e as CAPS eram administradas por empregados e empregadores.

A partir da década de 1930 o Sistema de Caixas, deu lugar aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP'S). Este modelo cobria os trabalhadores por setores de atividades (bancos, transportes, indústrias, etc.), vindo a envolver quase a totalidade dos trabalhadores assalariados urbanos e grande parte dos autônomos, é importante esclarecer que o surgimento do IAPS coincide com uma fase do desenvolvimento econômico brasileiro, conhecida como modelo de industrialização, por substituição de exportação. Neste período a administração dos Institutos de Aposentadorias e Pensões, passou a ser comandada pelo Governo Federal que escolhia e nomeava seus presidentes, definia o formato organizacional de todo o sistema de seguridade social, decidia o valor das contribuições dos indivíduos e onde seriam aplicados os recursos extraídos da sociedade.

Em 1934, atendendo as respostas dos trabalhadores através de greves e reivindicações de direitos, foi eleita uma assembleia constituinte, e promulgada a Constituição de 1934. Onde houve o rompimento de caráter liberal, introduzindo uma

legislação trabalhista. Neste período, foram criados os ministérios do trabalho, indústria e comércio, da educação e saúde, além de assessorias técnicas permanentes para cada ministério. Empresas são estatizadas, e a União assume a propriedade do subsolo nacional (SANTOS, 2006, p.89). Mas apesar da Constituição determinar que todo o trabalhador teria direito à cobertura da Previdência Social, não atingiu os trabalhadores rurais, isso porque eles não exercia atividades contempladas pelos Institutos existentes na época.

O principal motivo para a exclusão dos trabalhadores rurais do sistema previdenciário seria sua pouca representatividade. Na verdade, neste momento da história política do país o campesinato praticamente inexistia no cenário das relações de poder com Estado, subordinado que estava ao poder local e regional (SANTOS, 2006, p.96). Portanto a estrutura da cobertura previdenciária apresentava-se em forma de círculos concêntricos, contemplando os grupos profissionais estratégicos ao modelo de desenvolvimento, e relegando ao esquecimento os setores da sociedade de menor representatividade como os trabalhadores rurais.

Em 1945 houve a primeira medida voltada para a inclusão do trabalhador rural na Previdência Social, quando Getúlio Vargas assinou a Lei Orgânica de Serviços Sociais (Decreto-Lei nº 7.526), teve como objetivo estender os benefícios do seguro social a toda população ativa do país, entretanto, esta primeira tentativa de universalização da previdência brasileira, não chegou a ser implementada.

Nos anos de 1950 ocorreu à primeira forma ampla do movimento rural, através das Ligas Camponesas, estas representavam uma transformação de reivindicação no setor agrário. As pressões fizeram com que o então presidente João Goulart sancionasse em 1963 a Lei 4.214, conhecida como *Estatuto do Trabalhador Rural*, na qual uma das medidas consistia na criação do Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural- FUNRURAL. O financiamento deste sistema processava-se a partir da contribuição de 1% sobre o valor da primeira comercialização do produto rural, sendo recolhida pelo próprio produtor (SANTOS, 2006, p.95). Apesar dos avanços no termo de reivindicação, o programa apresentado não pôde ser concretizado devido à contribuição ser insuficiente como base financeira.

## **2.2 O Benefício Social Rural como Política de Estratégia para o Estado Autoritário**

Em abril de 1964 ocorreu o golpe militar, neste momento os governos militares intensificavam o processo de centralização do poder, por outro lado se ampliava as manifestações populares, a exemplo da reforma agrária e urbana, mas foram ocultadas e passaram a ser assunto de segurança nacional.

Neste período as políticas do Estado estavam voltadas a estratégias geopolíticas, onde preocupavam-se em ocupar a região do Centro-Oeste brasileiro, articulando estas com as demais regiões do país com o intuito de atingir a chamada integração regional e com isto a consolidação de um mercado interno. Essa região estava programada para criar polos regionais chamados de POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO e POLONORDESTE, onde visava concentrar empreendimentos agropecuários e minerais. Diante do exposto, os números de conflitos no campo aumentaram, uma vez que os grandes latifundiários usavam o serviço dos jagunços para se apropriar de terras de posseiros e indígenas (SANTOS, 2006, p.97).

Neste contexto, ocorreu uma profunda transformação na previdência social brasileira, em destaque a previdência rural. O Estatuto do Trabalhador Rural foi reformulado pelo Decreto-Lei 276, de 28 de fevereiro de 1967, que tentou adequá-lo às suas reais possibilidades. A arrecadação das contribuições foi entregue ao recém-criado Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) e o plano de prestações ficou limitado às assistências médica e social, suprimindo-se os benefícios em dinheiro (CARVALHO, 2010, p.253). Em 1969, ocorreu através do Decreto-Lei 564/1969, a criação do plano básico da previdência para os trabalhadores dos setores agroindustriais e agrícolas mais capitalizados notadamente da indústria canavieira (SANTOS, 2006, p.99).

Em 1971 foi criado no lugar dos programas anteriores o PRORURAL (Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, cuja responsabilidade de execução caberia ao FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural). Os benefícios destes programas eram destinados aos trabalhadores rurais assalariados e autônomos do regime de economia familiar e seus dependentes. Os pescadores são incluídos em 1972 e os garimpeiros em 1975. Passaram a ser oferecidos benefícios que contemplavam aposentadoria por idade (a partir dos 65 anos) e por invalidez, além de benefícios para os dependentes, como pensão para viúvas e órfãos, auxílio funeral e assistência médica.

As aposentadorias por idade e invalidez eram concebidas apenas aos chefes de família, cujo valor era de aproximadamente meio salário mínimo. A administração da assistência médica ficava a cargo de instituições locais, por via de convênios, em especial sindicatos rurais, que estavam explicitamente previstos como parceiros do FUNRURAL na Lei complementar nº 11 de 1971 (Art. 28).

Segundo Schwarzer (2010), após um ano dessa legislação (1973) já havia mais de 800 mil beneficiários. No final da década de 1970 o número de benefícios já havia triplicado.

Apesar de todos esses problemas apresentados, ainda sim, a previdência teve uma evolução, se comparado ao período anterior. No final da década de 1970 foram criadas várias instituições que deram maior assistência aos segurados, como Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV), Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), e a Central de Medicamentos (CEME). Para a literatura a criação do FUNRURAL, é tratada como a extensão dos direitos previdenciários aos trabalhadores rurais, ou seja, como uma ação do Estado de atribuição de status de cidadania aos trabalhadores rurais.

## **2.3 A Previdência Social Rural Pós-Constituição de 1988**

Num contexto de transição do regime autoritário para o democrático, a Nova República foi instituída por meio das eleições diretas de 1985 (SANTOS, 2006, p.103). O principal instrumento e ator dessa transição e redemocratização do país foi à promulgação da Constituição de 1988. Esta Constituição restaurava antigos direitos da sociedade, como a liberdade de expressão, o direito ao voto, além da inclusão dos direitos humanos. No geral é possível dizer que a Constituição garantiu direitos básicos universais de cidadania, como: o direito à saúde, à assistência social, ao seguro desemprego à previdência e à seguridade social.

Sob essas condições, a Previdência Social passou por profundas modificações devido à adoção das leis 8.212 (Plano de custeio) e 8.213 (Plano de Benefícios) de 24 de junho de 1991, implementadas em 1992. Essas leis permitiu o ingresso de idosos e

deficientes de ambos os sexos no sistema de Previdência Social, em regime especial, desde que comprovassem<sup>2</sup> a situação de produtor, parceiro, meeiro, arrendatário rural, garimpeiro ou pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (Constituição Federal, 1988, art.195§8), ou seja, a população rural passou a ter praticamente os mesmos direitos da população urbana, desaparecendo assim as desigualdades decorrentes do regime anterior, na qual discriminava a população urbana da rural.

As principais mudanças que ocorreram devido à implementação dessas leis foram: a) O direito de aposentadoria às mulheres que trabalham no meio rural, independente do chefe da família ser beneficiário ou não; b) A redução da idade em cinco anos, que passou de 65 para 60 anos para os (homens), e de 60 para 55 para as (mulheres); c) O direito a um salário mínimo. Vale ressaltar que a contribuição do trabalhador rural se dá de maneira um pouco diferente daquela que ocorre com o trabalhador urbano. A contribuição rural consiste numa percentagem sobre o valor da produção comercializada e seu recolhimento fica sob a responsabilidade do comprador. Apesar dessa conquista, os trabalhadores rurais ainda não têm os mesmos “privilégios” dos trabalhadores urbanos.

Na prática o artigo 195 da Constituição, mencionado acima, significou estender o direito previdenciário aos idosos (reduzindo a idade contributiva), e os inválidos de ambos os sexos, independente da sua capacidade de contribuição. Com esta lei advinda da Carta Magna de 1988, surgiu o conceito de seguridade social que significa:

um sistema de cobertura de contingências sociais destinado a todos os que se encontram em estado de necessidade, não restringindo os benefícios nem aos contribuintes nem à perda da capacidade laborativa; constituem benefícios de seguridade porque ou não resultam de perda/redução da capacidade laborativa ou dispensam a contribuição pretérita (VIANNA 2004).

Essa Seguridade fez com que os beneficiários aumentassem de forma significativa em todo país como mostra na tabela 02, contribuindo para a manutenção, e até mesmo a ampliação das rendas.

---

<sup>2</sup> A comprovação da atividade rural pode ser feita, além das possibilidades elencadas para os trabalhadores urbanos, por meio da documentação comprobatória do uso da terra, (contrato de parceria ou arrendamento), termo de propriedade do terreno etc, notas de venda da produção rural (bloco de notas do produtor rural) ou declaração expedida pelo sindicato rural e homologada pelo INSS) (Schwarzer, 2000).

**Tabela 02 - Quantidade de aposentadorias rurais cessadas, por região – 2007/2009**

REGIÕES	ANOS		
	2007	2008	2009
Norte	16.284	13.170	13.523
<b>Nordeste</b>	<b>88.757</b>	<b>77.704</b>	<b>88.287</b>
Centro-Oeste	10.527	10.229	10.598
Sudeste	40.632	39.229	39.721
Sul	36.960	34.779	35.384

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social, 2009. (Grifo nosso)

Os dados contidos na tabela expressam que a região Nordeste tem um número significativo de beneficiários. Como parte do território nordestino, a Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano também se insere neste contexto, não apenas quantitativo, mas qualitativo, uma vez que o número de aposentados na área pesquisada vem refletindo significativamente na melhoria das condições de vida, pois o pagamento regular do benefício vem favorecendo a aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis. Diante do exposto, França (2004) afirma que:

O acesso a benefícios da Previdência Rural eleva substantivamente a qualidade de vida do domicílio do beneficiário, proporcionando a melhoria nas características físicas dos domicílios (material das paredes, banheiros e número de cômodos); eleva significativamente o conjunto de residências com acesso às infra-estruturas de água, energia elétrica, instalação sanitária e rede de telefonia; aumenta de maneira expressiva o acesso à casa própria; melhora o acesso aos bens duráveis (fogão a gás, geladeira, rádio, televisão, freezer e antena parabólica); permite-lhe consolidar e investir na agricultura familiar, oferece uma estabilidade de renda básica para seu domicílio em patamares impensáveis para a pequena unidade familiar, antes da Previdência Rural (FRANÇA, 2004).

Neste sentido, a presença dos idosos nos domicílios rurais possibilitou mudanças de comportamento, passando de assistidos para assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias pobres. Mais nem sempre foi assim. Antes os



idosos eram considerados, inválidos, inúteis, ultrapassados, agora são bem aceitos por seus familiares. Como expressa o depoimento a seguir:

Antes tudo para mim e meu velho, era difícil, quando a gente tava doente, ninguém vinha aqui socorrer nois, hoje tudo mundo, vem uma ruma de gente pra nos ajudar (Aposentada rural do município de Várzea).

Para Camarano (2003), atualmente, existe uma permanência de filhos e netos próximos aos idosos o que ela denomina de co-residência, isto porque, as mulheres quando envelhecem, passam o papel tradicional de dependentes para provedoras, abrigando em seu lar famílias de três gerações. Desta forma os idosos de maneira geral, estão mudando uma liderança social de grande porte. Ela ainda acrescenta que essa co-residência, é mais uma falta de opção do que uma opção propriamente dita. Neste sentido, ocorre um mecanismo de transferência intrafamiliar de renda, considerando que a família de filhos e netos se organizam em torno do idoso beneficiado. Essa afirmação pode ser vista nas pequenas cidades da área de estudo como veremos a seguir.

### **CAPÍTULO III**

## **PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS APOSENTADOS RURAIS**



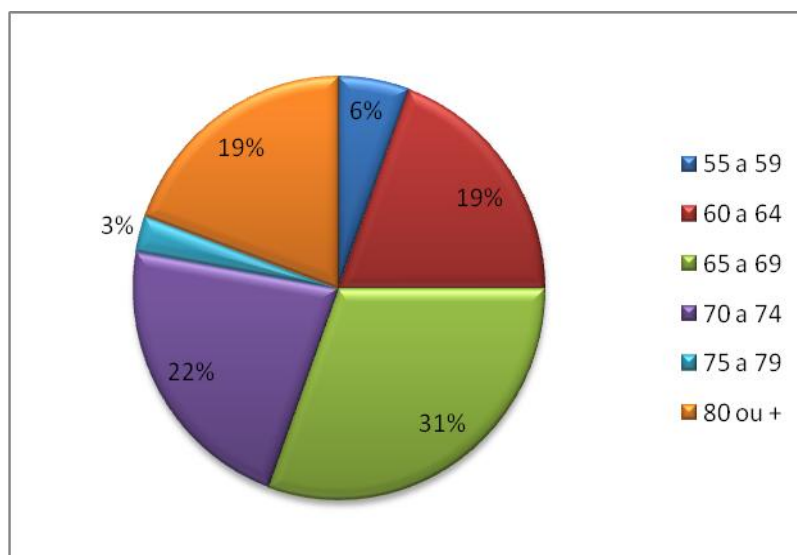
Fotografia 03 – Complemento de renda: aposentado rural comercializando produção própria na cidade de São José do Sabugi. Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Com a universalização dos benefícios previdenciários, os idosos e inválidos, independente de sua contribuição contributiva, tiveram efeitos sobre a renda familiar, sendo um resultado de relevância, principalmente para aqueles que residem em pequenas cidades, uma vez que o benefício da previdência é o principal responsável pela dinâmica do território, como podemos constatar anteriormente. Diante disto, neste capítulo apresentaremos dados e interpretações resultantes do trabalho de campo realizado para a presente pesquisa.

Inicialmente o que nos chamou atenção foi o hábito rural que encontramos nas cidades pesquisadas. Em Várzea, por exemplo, chegamos no horário de almoço e nos deparamos com o silêncio da cidade, os comércios e as residências em sua maioria encontravam-se fechados. Neste momento, a cidade estava tirando o seu cochilo em plena tarde. Tal fato gerou dificuldades para a realização da entrevista com os idosos. Aos poucos as portas das casas foram se abrindo e as pessoas voltando a sua rotina

Na área de estudo, constatamos que a maioria dos entrevistados tem idade superior a 60 anos, sendo reduzido o percentual daqueles que se aposentaram com idades inferiores às estabelecidas pela legislação vigente, como expressam os dados contidos no Gráfico 01.

**Gráfico 01 – Faixa etária dos aposentados entrevistados.**



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

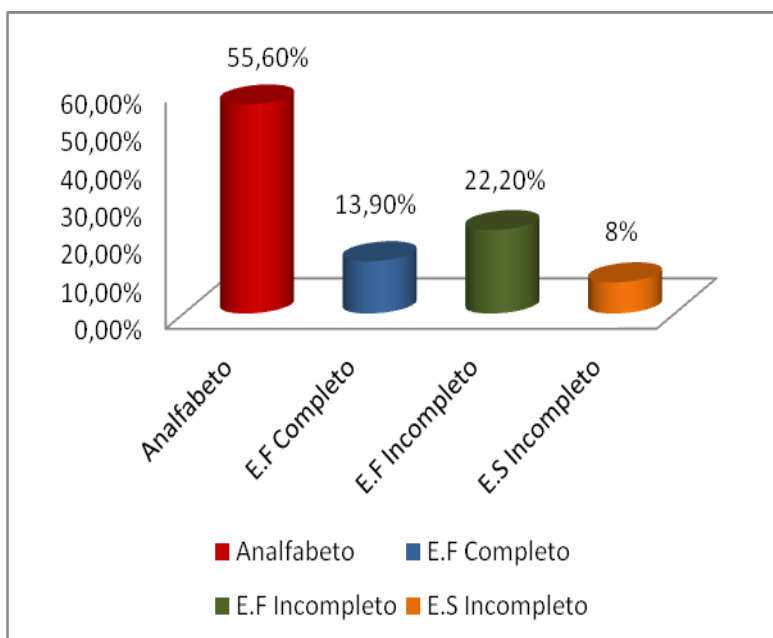
Apesar de se constituírem a maioria e estarem dentro da faixa de idade para aposentadoria, alguns sujeitos sociais pesquisados relataram as tiveram dificuldades para obter o benefício, tendo em vista o desconhecimento de seus direitos como trabalhador; a dificuldade para comprovar atividade rural, mesmo pagando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); além da ausência da documentação exigida pelo INSS. Com exceção dos aposentados entrevistados no município de Santa Luzia, os demais afirmaram, ainda, que receberam algum tipo de ajuda para ter acesso à aposentadoria, sendo que em 47,3% casos foi pedido “algo” em troca. Essa informação ratifica as teses que ressaltam a permanência de uma relação historicamente construída em determinadas porções territoriais do Nordeste brasileiro, nas quais as relações ainda são pautadas pela troca de favores. Já os beneficiários que tem 80 anos ou mais correspondem a 19% dos entrevistados, indicando, portanto, uma ampliação da expectativa de vida e que a população idosa está se fixando no campo. Evitando o êxodo, principalmente para as grandes cidades, onde certamente inchariam as favelas, aumentando de forma ainda mais assustadora o desemprego e a violência.

Durante a realização da pesquisa, um aspecto nos chamou bastante a atenção: a questão de gênero. Isso porque houve uma forte presença de mulheres entre os sujeitos pesquisados, principalmente no município de Salgadinho, o que nos leva a inferir que estas mulheres estão sendo reconhecidas pelo seu trabalho e, assim, passaram a ter direitos como cidadãs e, conseqüentemente, certa autonomia financeira, pois antes não recebiam nenhuma remuneração pelo seu trabalho, além de excluir dependência de seus companheiros ou de outros parentes em sua vida ativa. Outra constatação diz respeito à maneira como é destinado o dinheiro proveniente da aposentadoria, uma vez que as mulheres, como provedoras do lar, priorizam o sustento e a elevação da qualidade de vida dos membros da família, deixando os gastos pessoais em segundo plano, como nos relatou uma aposentada residente na zona rural de Junco do Seridó ao afirmar que: *Hoje com a aposentadoria posso comprar alimentação, medicamentos, roupas, para a minha família. Com tudo isso, hoje não se tem tanta dificuldade como antes.*

Apesar de considerarmos importante a questão relacionada ao reconhecimento de direitos das mulheres, principalmente quando se trata de uma região caracterizada pelas desigualdades, os níveis de escolaridade (Gráfico 02) na área de estudo são preocupantes. Dentre os entrevistados, mais da metade (55,60%) não sabe ler e os demais sabem escrever o nome e, mesmo assim, com bastante dificuldade. Os

percentuais mais elevados de analfabetos entrevistados foram registrados nas cidades de Várzea, Santa Luzia e São José do Sabugi.

**Gráfico 02– Grau de escolaridade dos entrevistados**



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011

Considerando o atual período tecnológico, o baixo nível de escolaridade, mesmo entre os idosos, trazem sérios comprometimentos ao desenvolvimento territorial, pois não há por parte destes uma compreensão absoluta dos processos que estão ocorrendo no território. Com isso, há uma grande facilidade de cooptação por grupos políticos, sobretudo se considerarmos a influência exercida pelos idosos na tomada de decisões no âmbito familiar. Nesse sentido, faz-se necessário que a educação seja entendida com um vetor fundamental não apenas para responder a essa sociedade desigual, mas como instrumento de resposta a construção da cidadania e de transformação da realidade sócio-política local.

Em se tratando do estado civil, constatamos que 86% dos aposentados entrevistados são casados. Destes, 34,00% relataram que recebem ajuda de parentes e não ajudam outros membros da família. Para os demais, ou seja, 66,00%, além de não receber ajudas de outros parentes, auxiliam os familiares que moram em sua casa principalmente filhos e netos. Quando se trata de parentes que estudam em outro município, sobretudo em Universidade, alguns entrevistados demonstraram orgulho em

poder ajudá-los, uma vez que estão tendo a oportunidade de estudar e vencer na vida profissionalmente, ao contrário do que eles tiveram no passado. No que se refere aos aposentados solteiros e aos viúvos, eles correspondem a 3% e a 11%, respectivamente. .

No entanto, nem sempre o dinheiro da aposentadoria supre as necessidades da família, sobretudo quando a família é numerosa e o aposentado assume a condição de responsável pelo lar. Sendo assim, constatamos que 47,20% dos entrevistados continuam trabalhando ou exercendo atividades em pequenos comércios de base familiar (Fotografias 03 e 04).

**Fotografia 03 – Complemento de renda: aposentado rural comercializando produção própria na cidade de São José do Sabugi.**



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

**Fotografia 04 – Pequeno comércio de base familiar (Bar), localizado na zona rural do município de Junco do Seridó.**



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Na maioria das pequenas cidades brasileiras, a Previdência Social é uma das principais fontes de renda de inúmeras famílias. Para França (2004) isso é “a âncora social do país”. Os dias de pagamento dos aposentados é o período em que há maior movimentação no comércio local, principalmente naquelas cidades que dispõem de melhor infraestrutura e de equipamentos que possibilitem a satisfação de necessidades imediatas. Na área de estudo, é para o centro de Santa Luzia (Fotografias 05 e 06) que a maioria dos entrevistados se desloca para receber a aposentadoria ou para adquirirem alimentos, remédios, roupas, móveis, dentre outros, como revelaram 64% dos sujeitos pesquisados (Gráfico 03).

**Fotografias 05 e 06 – Área comercial de Santa Luzia, a mais desenvolvida da Microrregião.**



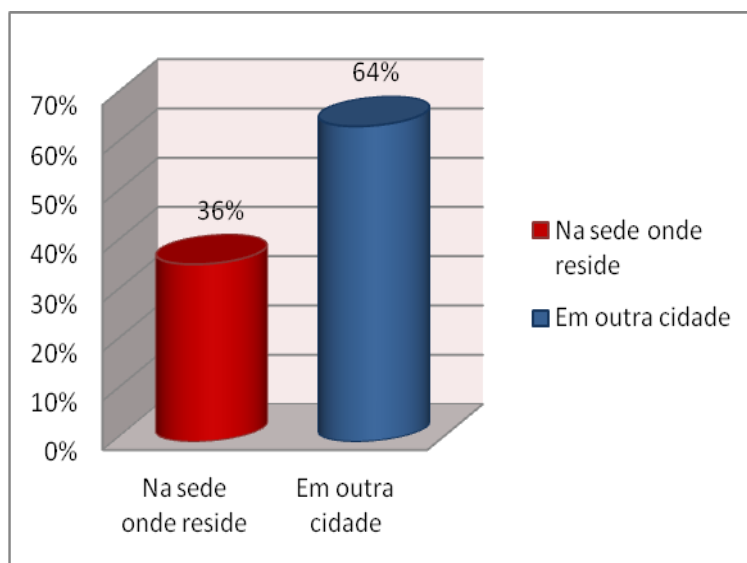
Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.



Fonte: Pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Os entrevistados que afirmaram receber seus benefícios no município de origem, principalmente os que moram nos municípios de São Mamede e São José do Sabugi, revelaram outro tipo de preocupação: a incerteza da existência de dinheiro no dia do pagamento, devido aos assaltos que vem ocorrendo frequentemente. Segundo um dos informantes, residente em São Mamede: *Nem sempre sabemos se a nossa cidade tem dinheiro no dia do benefício, porque os assaltos estão aumentando, também temos que ir à Santa Luzia para comprar alguma coisa que aqui não tem, e ir ao médico.*

**Gráfico 03 – Local onde o aposentado recebe o benefício**



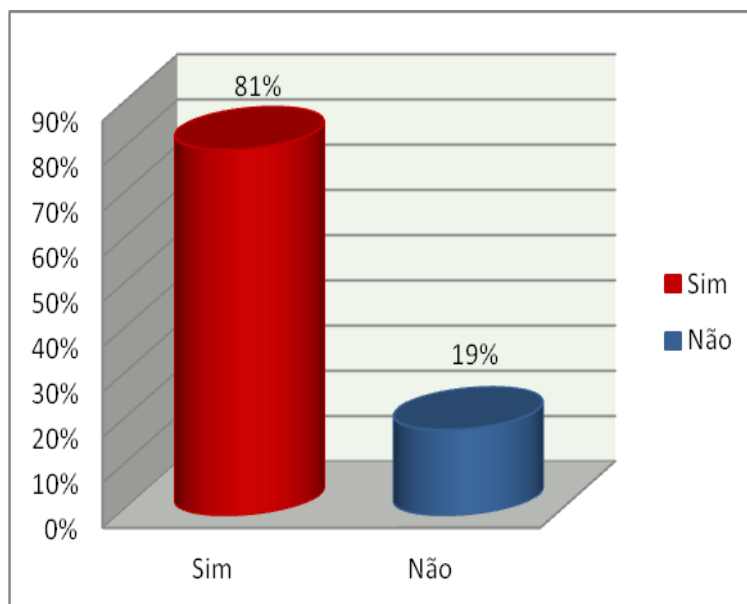
Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011

Algo importante que constatamos nas pequenas cidades da pesquisa diz respeito ao cotidiano. Foram diversos os momentos que encontramos aposentados rurais jogando dominó nos bancos e mesas das praças.

Outro dado que investigamos durante a pesquisa diz respeito o acesso ao crédito. A maioria nos relatou que, o “fiado” é a modalidade de crédito utilizado, como sinaliza os dados do Gráfico 04. Pelos percentuais apresentados nessa figura percebe-se que 81% dos entrevistados afirmaram que sempre compraram com esse tipo de crédito que é pautado pela relação de confiança entre quem compra e quem vende – no qual os valores da compra são anotados geralmente em cadernetas. Destacaram que devido as suas condições precárias e por não ter como pagar à vista eles compram produtos de alimentação básica para o sustento de sua família. Alguns informaram algo que, a nosso ver, precisa ser investigado pelas autoridades e órgãos fiscalizadores: a retenção do cartão da aposentadoria ou da Bolsa Família por donos de estabelecimentos comerciais.



**Gráfico 04 – Aposentados que continuam comprando “fiado” após a aposentadoria**

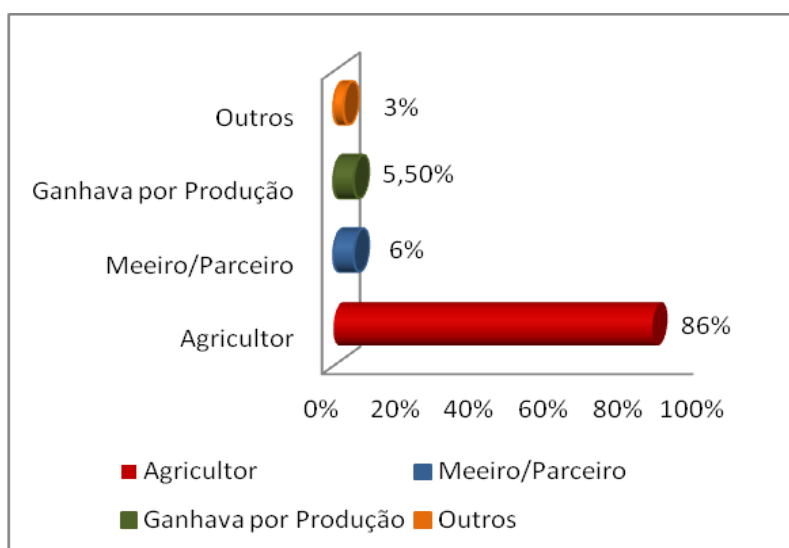


Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011.

Se no passado o acesso ao crédito era difícil, principalmente para aqueles que não tinham renda fixa, como é o caso da maioria dos aposentados pesquisados, que tinham a agricultura como principal fonte de renda antes de se aposentar (Gráfico 05), atualmente esse contexto vem sendo alterado. No nosso entendimento, isso se deve a melhoria na renda das pessoas provocada pelas aposentadorias da Previdência Social e pelos Programas afirmativos do Governo Federal, a exemplo da Bolsa Família. Nesse sentido, as instituições financeiras passaram a ter um novo olhar sobre determinadas camadas da sociedade, as quais foram, no passado, totalmente excluídas de tais processos.

Todos os aposentados pesquisados afirmaram ter facilidade ao acesso financeiro e relataram que antes de se aposentar não serviam para nada. Hoje, os beneficiários da Previdência e desses Programas são os principais alvos das instituições financeiras que atuam na área de estudo. Durante a pesquisa empírica, alguns aposentados, principalmente em Junco do Seridó, não quiseram responder às questões do instrumento de coleta de dados, pois tinham receio de que a pesquisa era para essas instituições e que algum empréstimo fosse feito sem a sua autorização.

**Gráfico 05: Condição dos entrevistados antes da aposentadoria**



Fonte: pesquisa de campo, fevereiro de 2011

Constatamos também que 56% já fizeram empréstimos após se aposentar. Eles relataram que isso acontece com grande frequência devido à atuação das instituições financeiras que têm representação ou atuam nas cidades da área de estudo. Também contribui para isso a nova realidade urbana, que exige nos padrões de consumo.

Por fim, foi perguntado aos aposentados se houve melhoria da sua condição de vida após o recebimento do benefício previdenciário. Essa última questão do instrumento de coleta de dados teve por objetivo avaliar, a partir da percepção e das palavras dos sujeitos pesquisados, o papel que a aposentadoria rural vem desempenhando numa porção do território paraibano caracterizado pela precariedade das infraestruturas sociais e econômicas. Nesse sentido, todos os entrevistados responderam que sim, ou seja, que ocorreu uma melhoria de vida, como expressa os seguintes depoimentos:

Depois da aposentadoria minha vida mudou 100%. Hoje estamos ricos. Era um sofrimento, não tinha carro pra se locomover, não tinha sossego (Aposentado rural residente no município de Várzea).

Antes de se aposentar sofria muito, não tinha ajuda do governo, agora me sinto melhor, graças a Deus. Pior era antes: morria de fome (Aposentado rural residente no município de Várzea).

As constatações decorrentes do trabalho de campo, ratificam os pressupostos iniciais da pesquisa, ou seja, que a Previdência Rural vem assumindo um papel importante na composição da renda familiar rural nos pequenos municípios da Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano. No entanto, isso não quer dizer que não possam ser geradas outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico local, bem como ao atendimento das demandas daqueles que, de alguma forma, não puderam ser beneficiados. É importante destacar que a dependência socioeconômica dos recursos da Previdência poderá gerar problemas no futuro com o forte crescimento da quantidade de beneficiários, pois o aumento da expectativa de vida da população, a queda de fecundidade e o aumento dos trabalhos informais estão contribuindo para a redução do montante de recursos arrecadados com a contribuição previdenciária. Afinal, o sistema previdenciário brasileiro está configurado como um modelo de repartição cuja lógica está na contribuição dos trabalhadores ativos para cobrir os gastos com os benefícios dos inativos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da Constituição de 1988 o sistema previdenciário passou a ser universal, o que possibilitou ganhos sociais e econômicos na medida em que foram expandidos os benefícios aos trabalhadores rurais. Tal fato contribuiu de maneira significativa na redução dos índices de pobreza existentes no meio rural brasileiro. Além disso, as aposentadorias rurais se constituíram em fator relevante para a manutenção e a ampliação da renda, vez que, em muitos casos, é a única fonte de rendimento existente no domicílio. Também é possível afirmar que os recursos financeiros provenientes da Previdência Social vêm contribuindo para a movimentação da economia de diversas cidades como as do Seridó Ocidental da Paraíba.

Nos dias de pagamento das aposentadorias, assim como do funcionalismo público municipal, é que se tem a noção exata da importância da economia sem produção para o comércio local, principalmente nas cidades dotadas de melhor infraestrutura. É nesse momento que se verifica, mesmo por curto período de tempo, uma intensificação no setor terciário devido à busca de produtos e serviços nos estabelecimentos existentes no espaço urbano. Por isso, é possível afirmar que a *economia sem produção*, como denominado por Gomes (2001), se mostra maior do que qualquer outra economia, pois está possibilitando a melhoria de vida da população idosa que recebe o benefício previdenciário, além de contribuir para a fixação do homem no seu território, diminuindo a migração, contribuindo para ações desenvolvidas no meio construído.

Em razão da natureza social e econômica da área pesquisada comparadas com outras porções territoriais do semiárido, é possível afirmar que as aposentadorias chegam a ser muito superior àquela renda gerada pela agropecuária tradicional, ao ponto de se constituir no setor econômico mais importante do semiárido nordestino, além de criar uma “economia resistente às secas, como destacado por GOMES, 2001. Desse modo, a Previdência Rural vem tendo papel importante na reprodução das famílias que habitam na Microrregião do Seridó Ocidental da Paraíba, principalmente no meio rural, pois o pagamento regular do benefício vem favorecendo a aquisição de bens de consumo duráveis e não duráveis, está contribuindo na educação de membros da família do aposentado e ampliando o acesso ao sistema de saúde. Além disso, a presença dos

idosos nos domicílios rurais possibilitou mudanças de comportamento, passando de assistidos para assistentes, no contexto da estratégia de sobrevivência das famílias.

Vários aposentados, sobretudo no município de Junco do Seridó, não quiseram participar da nossa pesquisa, isto é, responder às questões contidas no formulário utilizado para coleta de dados primários. Tal fato nos levou a um olhar mais atento sobre os porquês dessa não participação. Constatamos, a partir dos argumentos apresentado por eles, o temor dos aposentados quanto ao uso indevido de dados referentes à aposentadoria, pois alguns deles desconfiavam que a pesquisa pudesse ser encaminhada por instituições que atuam na área da pesquisa e oferecem “crédito fácil”. Isso porque fomos informados que diversos empréstimos foram realizados, por terceiros, sem a autorização do aposentado rural.

Por fim, ressaltamos que a previdência rural cumpre um papel econômico e social fundamental nas pequenas cidades estudadas, pois ela dinamiza a economia, distribui renda combate a pobreza, e favorece a redução das desigualdades sociais. Porém, ressaltamos que devem ser implementadas ou intensificadas outras políticas públicas voltadas ao desenvolvimento social e econômico local como, por exemplo, saúde e educação.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos**. 2008. Disponível em: <<http://diplomatie.uol.com.br> . Acesso em 27 de Janeiro de 2011.

AQUINO, Joacir Rufino de. SOUZA, Ronie Cléber de. **Impactos Socioeconômicos da Previdência Rural no Brasil: Um estudo de caso no município de Encanto/RN**. In: Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Londrina (PR): SOBER/UDEL/IAPAR, 2007. v. 1. p. 1-18

BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. In: Sociologias. Dossiê, Porto Alegre, ano 4, nº7, jan/jun2002, p.50-81.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 1999.

CAMARANO, Ana Amélia. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. IPEA. Rio de Janeiro, 2001). Disponível em [www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td\\_0830.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2001/td_0830.pdf). Acesso em: 03/02/2013.

CARVALHO, Maria Gelza R. F. de. **Estado da Paraíba: classificação geomorfológica**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1982.

CARVALHO, Juan Pablo Couto de. **A Previdência Rural Universalista e a sua Relevância na economia dos municípios do Rio Grande do Norte**. Natal-RN, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade** (a era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, Paz e Terra, 2002.

CORREIA, Silvana Cristina Costa. **Espaço Agrário e Campesinato: O Caso do Município de Nova Floresta – PB**. João Pessoa – PB, Abril, 2008.

DAVID, Mauricio Dias. **Previdência Rural no Brasil: Uma análise de seu impacto e eficácia como instrumento de combate a pobreza rural. Algumas considerações** In: DAVID, Antônio Carlos de A. RODRIGUES, Mônica dos Santos. ROLLO, Paula de Andrade. (Colaboradores). Seminário FAO/CEPAL/RIMISP. Agosto/Setembro de 1999.

FERREIRA, Carlos Roberto. SOUZA, Solange de Cássia Inforzato de. **As aposentadorias e pensões e a concentração dos rendimentos domiciliares per capita no Brasil e na sua área rural: 1981 a 2003**. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 04, p. 985-1011, out/dez 2007 – Impressa em novembro 2007.

FERREIRA, Larissa da Silva. Pequenas Cidades e Cotidiano. In: SILVA, Anieres B da; GOMES, Rita de Cássia da C; SILVA, Valdenildo Pedro da (Organizadores). **Pequenas Cidades: Uma abordagem Geográfica**. Natal. EDUFRN, 2009.

FRANÇA, Álvaro Sólon de. **Previdência Social e a Economia dos Municípios**. 5º Ed. Brasília: ANFIP, 2004.

GOMES, Gustavo Maia. Aposentados e funcionários públicos: A economia sem produção. p.145-175. In: **Velhas Secas em novos sertões**: Continuidades e mudanças na economia do semi-árido dos cerrados nordestinos. IPEA, Brasília, 2001.

GOMES DA SILVA, Aldenôr. **Meio Rural: O espaço da exclusão?** In VALENÇA, M. M. & Gomes, R. C.C. Globalização e Desigualdade. Natal: Editores, 2002.

GONÇALVES, Francisco Ednardo. **Cidades Pequenas Grandes Problemas: Perfil Urbano do Agreste Potiguar**. Natal-RN, 2005.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo 2010 – Primeiros resultados**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/> > Acesso em 26/01/2011.

JÚNIOR, Antônio Fernandes Nascimento. **Fragmentos do Pensamento Dialético na História da Construção das Ciências da Natureza**. Revista: Ciência & Educação, v. 6, 2000.

KAZTMAN, Ruben. **Vulnerabilidad y Exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares**. Versão não editada, 2001.

MANFIO, Vanessa. BENADUCE, Gilda Maria Cabral. **(Re) estruturação urbana e o desenvolvimento local da pequena cidade de Nova Palma/RS**. Revista GEOMAE - Vol. 02, Nº Esp. 01, 2º SEM/2011.

MEDEIROS, João F. Medeiros. **Nos Passos do Retorno**. Natal, RN: Edição do Autor, 2005.

MEDEIROS, Ana Catarine Nunes de; BARRANCOS, Jacqueline E. **O Papel Social da Previdência na Economia dos Municípios Paraibanos**. CCSA/UFPB-UAB.-

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília: MPS/DATAPREV, 2009.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL. João Pessoa, **Ministério da Previdência e Assistência Social**, DATAPREV. Dados obtidos em fevereiro de 2013.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Tesouro Nacional**. Disponível em: < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/> > Acesso em: 03/07/2013.

SALVADOR, Diego Salomão C. O. **A Geografia e o método dialético**. Revista: Sociedade e Território, Natal, jan./jun. 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade: Ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 3ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. 2ªed. São Paulo: Hucitec, 1989.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço**: espaço e tempo, razão e emoção. 3.d. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **Espaço Dividido**: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 2ª Ed., 1ª reimpr. – São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS FILHO, Ernani Martins dos; SILVA, Paulo Sérgio Gomes da; MOIZINHO, Waltebergue Honório. **Caracterização das Microrregiões do Seridó Ocidental e Oriental da Paraíba**. In: Anais do X Encontro Regional de Estudos Geográficos. Campina Grande, julho de 2009.

SANTOS, Jefferson Rodrigues dos. **Previdência Rural e suas interações com a realidade local**: Impactos territoriais em São José do Norte - RS. UFRGS Porto Alegre/RS, 2006.

SCHWARZER, Helmut. **Impactos Socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil- Evidências empíricas de um estudo de caso no estado do Pará**; Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto p/ Discussão n. 729).



SILVA, Anieres Barbosa da. **Relações de poder, fragmentação e gestão do território: um olhar sobre o Cariri Paraibano**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UFRN, Natal, 2006.

SILVA, Anieres B. da; SILVA, Valdenildo P. da. O circuito inferior e o meio construído em cidades pequenas do semiárido nordestino: algumas considerações. In: BATISTA FILHO, Malaquias; MIGLIOLI, Teresa. C. (organizadores). **Viabilização do semiárido do Nordeste: um enfoque multidisciplinar**. Recife: LICEU, 2010.

SILVA, Anieres B da; GOMES, Rita de Cássia da C; SILVA, Valdenildo Pedro da. **Pequenas Cidades: Uma abordagem Geográfica**. Natal. EDUFRN, 2009.

SILVA, Anieres B. da; VIEIRA, Denes D. Política pública e dinâmica social no campo: uma leitura a partir do Pronaf B. In: SILVA, A. G. et all. **Financiamento rural: dos objetivos às escolhas efetivas**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SILVA, Anieres B. da. **O circuito inferior e o meio construído das cidades pequenas do semiárido paraibano na contemporaneidade**. João Pessoa: UFPB, 2010.

SILVEIRA, Maria Laura da. **Crises e paradoxos da cidade contemporânea: os circuitos da economia urbana**. São Paulo: USP, 2008. (Mimeo.).

\_\_\_\_\_. **Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo**. In: Caderno CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazaré Baudel. **Territorialidade e ruralidade no Nordeste: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Campina Grande/PB, 1999 (Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial).

VEIGA, José Eli da. Cidades **imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: Autores associados, 2002.

# **APÊNDICE I**

## **Formulário de Pesquisa Socioeconômico**

**Universidade Federal da Paraíba**  
**Curso de Bacharelado em Geografia**

**Aluna:** Maria Karolyne Gracilene da Silva Xavier

**Orientador:** Profº Drº Anieres Barbosa da Silva

**Formulário de Pesquisa Socioeconômico**

**1) IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO**

- 1.1) Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_\_  
1.2) Nome: \_\_\_\_\_ 1.3) Naturalidade: \_\_\_\_\_  
1.4) ☐ Masculino ☐ Feminino

**1.5) Faixa etária do entrevistado**

15 a 19 ☐ 20 a 24 ☐ 25 a 29 ☐ 30 a 34 ☐ 35 a 39 ☐ 40 a 44 ☐ 45 a 49 ☐  
50 a 54 ☐ 55 a 59 ☐ 60 a 64 ☐ 65 a 69 ☐ 70 a 74 ☐ 75 a 79 ☐ 80 ou + ☐

**1.6) Estado Civil:**

Casado ☐ Solteiro ☐ Viúvo ☐ Divorciado/Desquitado ☐ Separado ☐ Juntos ☐

**2) EDUCAÇÃO**

**2.1) Grau de escolaridade**

- a) Analfabeto ☐ b) E.F completo ☐ c) E.F incompleto ☐ d) E.M completo ☐  
e) E.M incompleto ☐ f) E.S completo ☐ g) E.S incompleto ☐ h) EJA ☐  
i) Outro ☐ Qual? \_\_\_\_\_

**2.2) Total de pessoas residentes no domicílio ☐**

Grau de parentesco: a) Esposo(a) ☐ b) Filhos(as) ☐ c) netos(as) ☐ d) outros ☐

**3) QUADRO ECONÔMICO FAMILIAR**

**3.1) Renda familiar/ Salário mínimo:**

- a) <1 SM ☐ b) SM ☐ c) 1 a 2 ☐ d) 3 a 4 ☐ e) 5 a 8 ☐ f) >8 ☐ g) NS ☐ h) NR ☐

**3.2) Pessoas que também participam da renda familiar**

- a) Cônjuge ☐ b) Filho(a) ☐ c) Parente aposentado ☐ d) Irmão(ã) ☐ e) Outros ☐  
Quais: \_\_\_\_\_

**3.3) Qual era a sua profissão antes de se aposentar?**

- a) Conta própria ☐  
b) Assalariado ☐  
c) Meeiro/Parceiro ☐

- d)Arrendatário ☐
- e)Diarista ☐
- f)Ganhava por produção ☐
- g)Ganhava por empreitada ☐
- h)Membro não remunerado da família ☐
- i)Empregador ☐
- j)Outros ☐ (especificar): \_\_\_\_\_

**3.4) Enfrentou algum problema para ter o benefício? (Marque até 3 respostas se necessário)**

- a)Desconhecido dos direitos do trabalhador ☐
- b)Desatenção ou desinformação dos funcionários do INSS ou dos Correios ☐
- c) Dificuldade para comprovar idade ☐
- d)Dificuldade para comprovar atividade rural(documentação ou entrevista) ☐
- e)Dificuldade para comprovar invalidez ☐
- f)Dificuldade para juntar os documentos exigidos pelo INSS ☐
- g)Outros ☐ (Especificar): \_\_\_\_\_

**3.5) Informe se o Senhor(a) recebeu ajuda de alguma pessoa. Autoridade ou órgão para encaminhar o pedido do benefício (Marque até 3 respostas se necessário)**

- a)Associação ☐
- b)Sindicato de trabalhadores rurais ☐
- c)Liderança política ou local ☐
- d)Prefeito ☐
- e) Igreja ☐
- f)ONG ☐
- g) Autoridade local (juiz ou delegado de polícia) ☐
- h) Proprietário rural(empregador) ☐
- i)Não recebeu colaboração ☐
- j)Outros ☐ (Especificar): \_\_\_\_\_

**3.6) Foi pedido algo em troca?**

- a)Sim ☐ O quê? \_\_\_\_\_
- b)Não ☐

**3.7)Depois de aposentado(a) o (a) Senhor(a) continua trabalhando?**

- a)Sim, continuo trabalhando no estabelecimento rural (na minha roça) ☐
- b)Sim, passei o estabelecimento (roça) aos filhos, mas ajudo no trabalho agrícola ☐
- c)Sim, faço comercialização da produção e a feira ☐
- d)Sim ☐ outros: \_\_\_\_\_
- e)Não ☐

**3.8) Mais alguém da sua casa recebe aposentadoria?**

- a)Sim: ☐ Quantas pessoa(s) ☐
- b)Não ☐

**3.9) O Senhor(a) recebe ajuda em dinheiro de parentes que não mora em sua residência?**

- a)Sim ☐ De quem? \_\_\_\_\_ Onde ele (a) mora? \_\_\_\_\_

b) Não ☐

**3.10) Na sua casa ganha-se mais com a(s) aposentadoria(s) do que com a venda de produtos da sua lavoura e outros trabalhos feitos por dinheiro?**

- a) Não recebemos dinheiro de outros lugares ☐  
b) A(s) aposentadoria(s) são bem mais (mais que o dobro dos demais rendimentos) ☐  
c) A(s) aposentadoria(s) são um pouco mais (não mais que o dobro dos demais) ☐  
d) É igual (ou aproximadamente igual aos demais rendimentos) ☐  
e) A(s) aposentadoria(s) são um pouco menos (mais que a metade dos demais) ☐  
f) A(s) aposentadoria(s) são bem menos (menos que a metade dos demais rendimentos) ☐

**3.11) Ajuda com dinheiro alguém que não mora com o Senhor(a)?**

- a) Sim, filhos(as) e netos (as) ☐ Finalidade: \_\_\_\_\_  
b) Sim, outros parentes ☐  
c) Sim, outros (as) amigos(as), vizinhos (as) e/ou conhecidos(as) ☐

**3.12) Onde o Senhor(a) recebe o benefício da Aposentadoria?**

- a) Na sede do município onde reside ☐  
b) Em outra cidade. Qual? \_\_\_\_\_

**3.13) Com que o Senhor(a) gasta dinheiro da aposentadoria?**

- a) Na feira ☐  
b) Em instrumento de trabalho ☐  
c) Com filhos/netos ☐  
d) Com a casa ☐  
e) Vestuário ☐  
f) Medicamentos ☐  
g) Móveis, outros ☐ (especificar): \_\_\_\_\_

**3.14) Depois de receber o benefício, ficou mais fácil de pedir ajuda financeira?**

- a) Sim ☐  
b) Não ☐

**3.15) O (a) Senhor(a) comprava fiado/tomava dinheiro emprestado antes de se aposentar?**

- a) Sim ☐ Que tipo? (alimento, eletrodoméstico, produção): \_\_\_\_\_  
b) Não ☐

**3.16) Sua vida mudou depois que passou a receber o benefício da Previdência?**

- a) Sim ☐  
b) Não ☐

**3.17) Como se sentes depois da aposentadoria?**

---

---

---

---

